



Craig Alan

By



Seca em Portugal Continental

Relatório
Assembleia da República

18 de Outubro de 2005

INTENSIDADE DA SECA EM TERMOS DE SEVERIDADE NATURAL E DE SEVERIDADE SOBRE AS ACTIVIDADES HUMANAS

Gestão da situação de seca

A situação geográfica do território de Portugal é favorável à ocorrência de episódios de seca pelo que este fenómeno não constitui propriamente uma surpresa, devendo antes ser encarado como um “elemento climático de determinada frequência” no sentido de que já ocorreu no passado e ocorrerá no futuro.

No ano hidrológico 2004/2005, depois de um ano em que a precipitação se situou abaixo da média, como se pode observar na figura 2, o pré-alerta de estado de seca foi proposto em 31 de Janeiro de 2005 pela Comissão de Gestão de Albufeiras, sobretudo tendo em consideração o baixo nível de armazenamento das albufeiras de fins múltiplos. Também na mesma altura do ano já eram bastante visíveis os efeitos que a ausência de chuva estava a provocar nas culturas “regadas pela natureza” que são as culturas de sequeiro de Outono-Inverno e as pastagens, pelo que emanou desta Comissão uma proposta ao Governo para ser declarada a situação de seca e para que fosse elaborado um Programa de Acompanhamento e Mitigação dos Efeitos da Seca, o que veio a acontecer com a sua publicação em Diário da República sob a forma da Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2005 que criou também uma solução organizacional para a gestão da situação de seca.

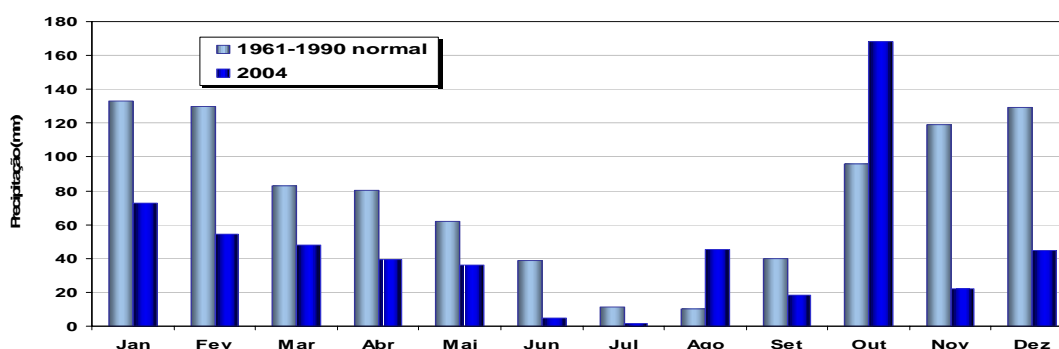


Figura 1 – Precipitação mensal em Portugal Continental em 2004. Comparação com os valores médios

Esta solução organizacional de gestão da situação de seca comporta dois níveis de acção: o nível político-estratégico, a Comissão para a Seca 2005; e o nível técnico-operacional, o Secretariado.

A missão definida para a estrutura de acompanhamento foi: (i) Gestão da evolução da situação de seca mediante o diagnóstico regular e a identificação das medidas a adoptar; (ii) Identificação das entidades responsáveis para a

efectivação de tais medidas; (iii) Identificação e proposta de adopção das iniciativas de índole legislativa e orçamental que se revelem necessárias à concretização das acções; (iv) Identificação de um conjunto de medidas específicas de apoio ao prosseguimento da actividade agrícola nas zonas afectadas com especial ênfase para as que possam resultar da articulação com as reservas de água superficiais e subterrâneas e do uso mais racional e eficiente da água; (v) Identificação das medidas preconizadas pelo Programa para o Uso Eficiente da Água que podem ser executadas de imediato e preparação de medidas a adoptar a médio e longo prazos; (vi) Identificação de um conjunto de medidas que contribuam para a prevenção e combate aos fogos florestais, no quadro da coordenação exercida nesta matéria pelo Ministério da Administração Interna; (vii) Definição e proposta de adopção de um regime excepcional de contratação de empreitada de obras públicas, fornecimento de bens e aquisição de serviços, quando tenham em vista fazer face com carácter de urgência a situações extraordinárias decorrentes da seca, identificando as entidades e a natureza das acções que devem ser propostas para beneficiar deste regime.

A especificidade da missão definida para o Secretariado foi: (i) Assegurar a produção de um relatório quinzenal de evolução da situação da seca; (ii) Apreciar os pedidos de apoio técnico e financeiro que forem dirigidos às diversas entidades que integram a Comissão, solicitando apoio técnico e financeiro, informando as propostas de decisão a submeter à entidade competente para decidir.

A composição da Comissão para a seca 2005 e o procedimento de acompanhamento da situação estão esquematizados nas figuras seguintes, cujas linhas de actuação assentaram nos princípios da: (i) Abrangência; (ii) Co-responsabilidade; (iii) Transparência; (iv) Facilitação, cometendo a coordenação, a concertação e a comunicação ao nível político e a avaliação das situações, as propostas de medidas e a operacionalização das medidas ao nível técnico.



Figura 2 – Composição organizacional da Comissão para a Seca 2005

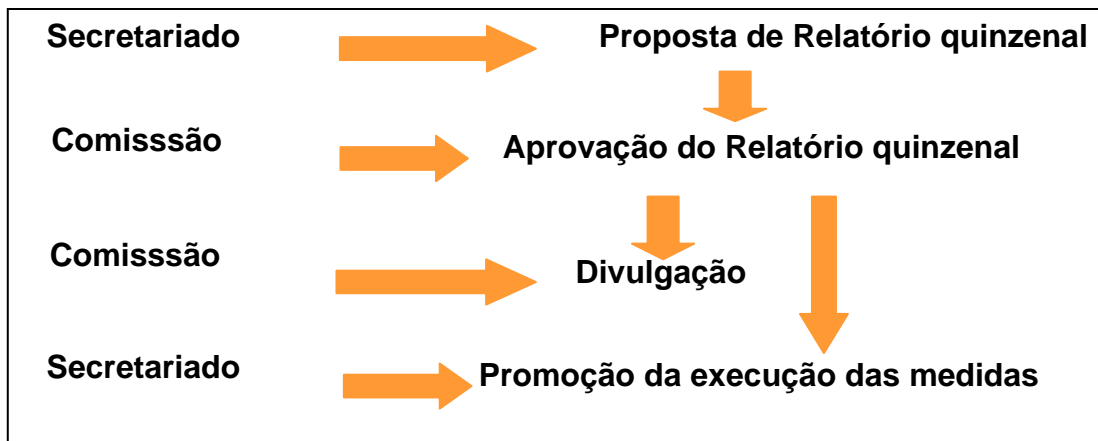


Figura 3 – Procedimentos de gestão da situação da seca 2005

A funcionamento do modelo organizacional definido apostou forte na disponibilização permanente de informação a todas as autoridades, agentes económicos e cidadãos em geral, recorrendo às tecnologias de informação e comunicação através da Internet com a construção e gestão de uma página electrónica onde regularmente se colocam os documentos produzidos e através da qual os membros do Secretariado trocaram os documentos mais pesados que doutra forma não seria possível fazer para as tomadas de decisão em prazos muito curtos, por vezes de horas. Na figura seguinte esquematiza-se o acesso à informação a que qualquer pessoa pode aceder.

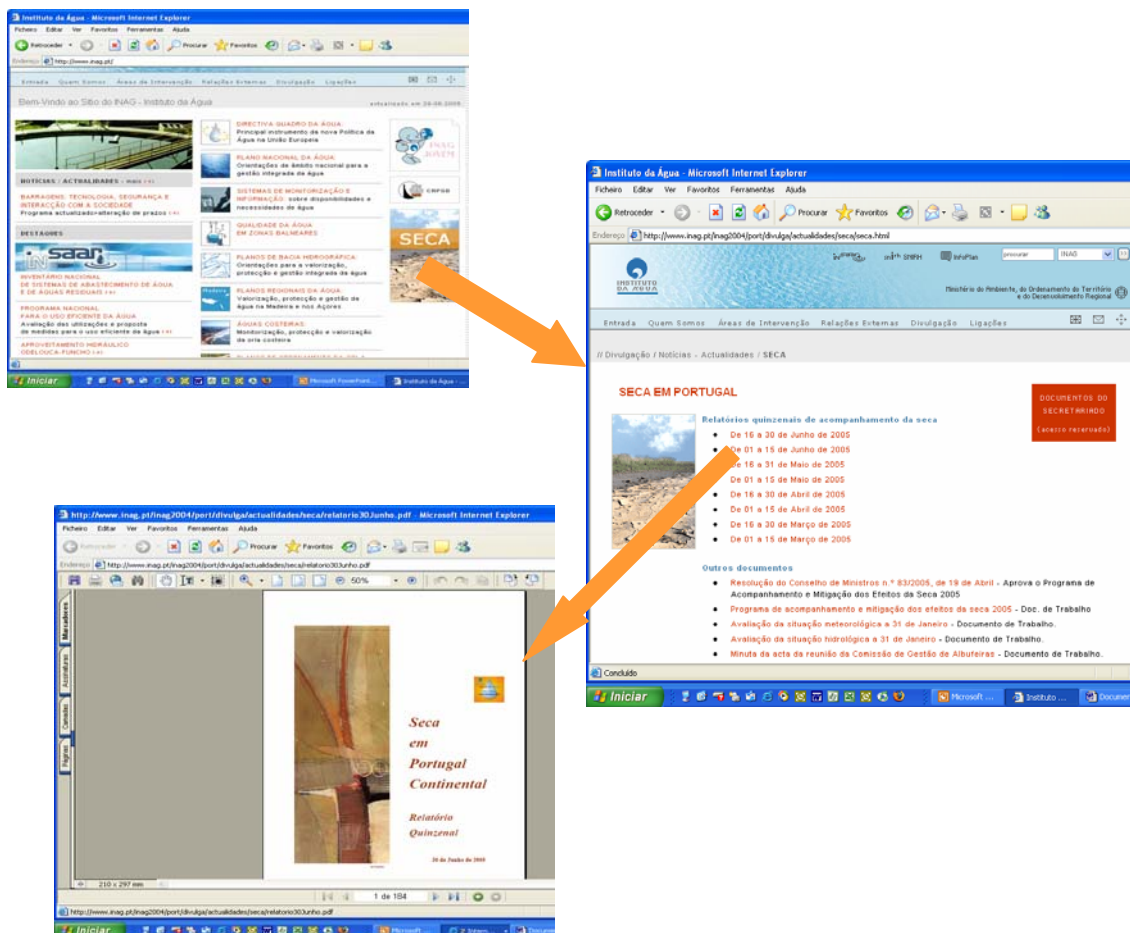


Figura 4 – Esquema de acesso à informação sobre a seca

A seca não tem o mesmo significado para todos, depende da forma como cada um de nós tem acesso à água. No essencial, pode fazer-se a distinção entre dois tipos de secas, uma mais directamente associada à não ocorrência de chuva, a seca meteorológica, e outra ao estado de armazenamento das albufeiras, lagoas, aquíferos e das linhas de água em geral, a seca hidrológica. Precisando melhor, define-se por seca meteorológica a medida do desvio da precipitação em relação ao valor normal e caracteriza-se pela falta de água induzida pelo desequilíbrio entre a precipitação e a evaporação, a qual depende de outros elementos como a velocidade do vento, temperatura, humidade do ar e insolação. A definição de seca meteorológica deve ser considerada como dependente da região, uma vez que, as condições atmosféricas que resultam em deficiências de precipitação podem ser muito diferentes de região para região. A seca hidrológica está relacionada com a redução dos níveis médios de água nos reservatórios de superfície e subterrâneos e com a depleção de água no solo. Este tipo de seca está normalmente desfasado da seca meteorológica, dado que é necessário um período maior para que as deficiências na precipitação se manifestem nos diversos componentes do sistema hidrológico.

A seca que vivemos tem as implicações inerentes à sua duração e severidade, quer sob o ponto de vista sócio-económico quer ambiental. Ao analisarmos um período de seca, devemos ter em conta que as condições hidrometeorológicas que o ocasionam têm uma influência variável, de acordo com a procura de água da região e o grau de desenvolvimento dos seus aproveitamentos hidráulicos. Na prática, em situação de seca declarada coloca-se a questão da priorização das utilizações da água e as medidas a tomar nesse sentido. A agricultura de regadio poderá ser impraticável em algumas regiões, mesmo recorrendo a culturas menos consumidoras da água. Por outro lado, a redução dos escoamentos e dos volumes armazenados em albufeiras conduzirá a um agravamento da qualidade da água se não forem tomadas medidas sobre as descargas de efluentes, sobre a eficácia dos sistemas de tratamento e se não se aumentar a fiscalização e controlo. A produção de energia hidroeléctrica é também afectada, fundamentalmente quando se trata de albufeiras de armazenamento, pelo facto de se mobilizarem recursos essenciais para usos mais prioritários.

As secas têm riscos para a qualidade de vida das pessoas e saúde pública e económicos para as actividades empresaria ou produtivas não empresariais. O risco associado a qualquer fenómeno natural resulta do produto da magnitude ou intensidade da ameaça potencial pela vulnerabilidade das pessoas, bens, origens de água e infra-estruturas sob ameaça e que se explica esquematicamente na figura seguinte.

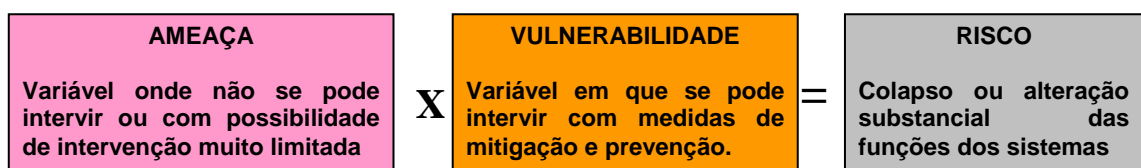


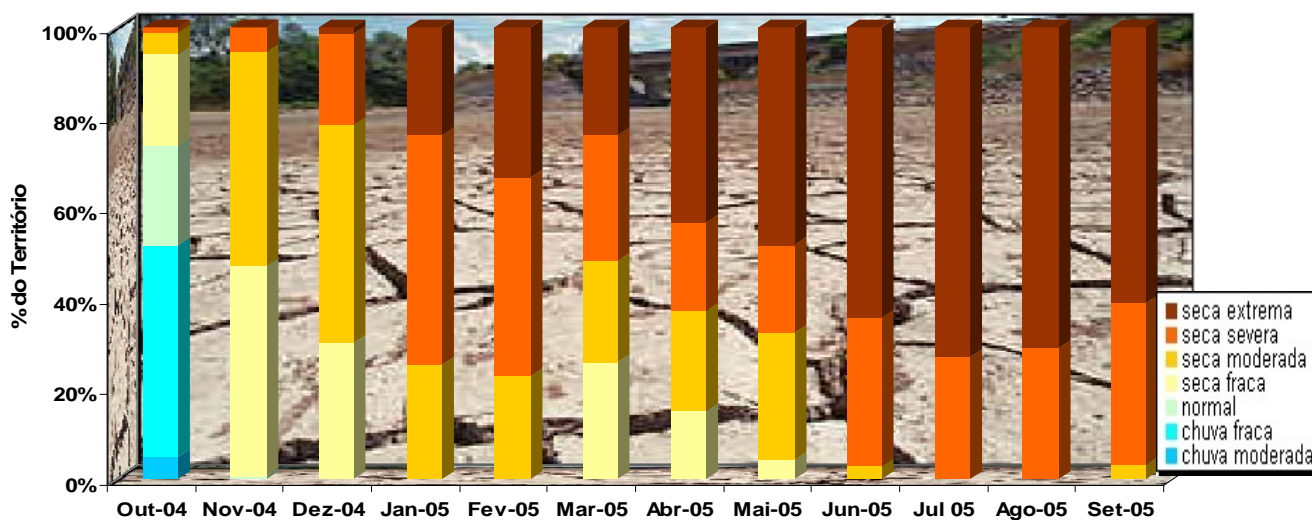
Figura 5 – Esquematização do conceito de risco

Por seu lado, a gestão do risco é um conceito que abrange a avaliação e a mitigação do risco e envolve métodos e procedimentos que incidem sobre a caracterização dos eventos perigosos, a análise de risco, a redução dos riscos e a resposta em situação de crise.

No caso da seca a ameaça tem como principais factores a ausência de chuva e a ocorrência de temperaturas elevadas por períodos longos. Obviamente que sobre estas variáveis não se pode intervir ao nível de um país. Onde é possível intervir é sobre a vulnerabilidade dos sistemas de armazenamento e distribuição de água, designadamente albufeiras e aquíferos, dos usos e dos desperdícios, prevenindo e mitigando os efeitos da seca com medidas.

Evolução hidrometeorológica

Tendo partido de uma situação promissora em Outubro de 2004 a situação meteorológica evoluiu em poucos meses para uma situação preocupante que se veio a confirmar muito rapidamente, como o demonstram os gráficos da figura 6. Em termos relativos a seca 2004/05 acabou por se revelar mais severa que a de 1945 dado que neste ano o mês de maior consumo de água, o mês de Agosto, não foi tão severo como o homólogo de 2005.



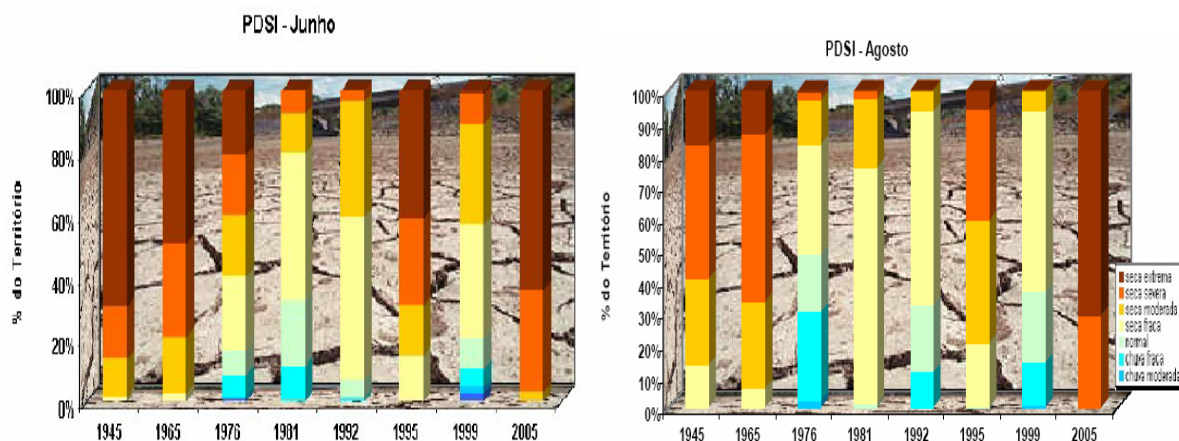


Figura 6 – Evolução e comparação da severidade meteorológica da seca

Aquando da declaração de situação de seca em 31 de Janeiro as classes de seca severa e seca extrema estendiam-se a 75% da espaço do territorial nacional, que entre 31 de Julho e 31 de Agosto atingiu o seu valor mais elevado com 100% do território, o que voltou a acontecer no final de Setembro.

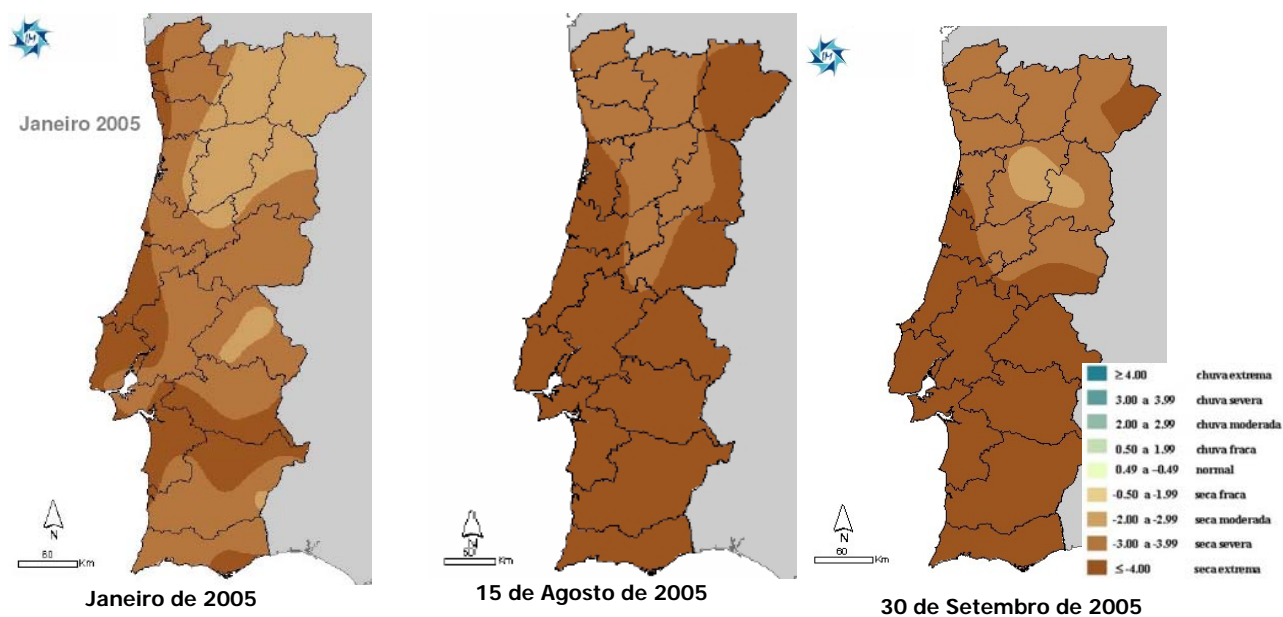


Figura 7 – Evolução da severidade meteorológica da seca

No que se refere à precipitação ocorrida durante o ano hidrológico, para as estações com séries longas (análise desde 1901), a análise histórica de mais de cem anos de valores da quantidade de precipitação acumulados no período de 1 de Outubro a 30 de Setembro mostra que, para as estações de Penhas Douradas, Lisboa, Évora e São Brás de Alportel este é o ano hidrológico mais seco dos últimos 105 anos (Tabela 2).

Tabela 2 – Precipitação acumulada desde 1 de Outubro a 30 de Setembro

Estação	2005 mm	1945 mm	1976 mm	1981 mm	1992 mm	1995 mm	1999 mm	Menor Valor Anteriormente Observado	
								mm	Ano
Porto/S. Pilar	714	698	795	1014	847	1099	947	624	1953
Penhas Douradas	804	1068	881	1034	896	1387	1136	881	1976
Lisboa	282	294	540	465	412	451	541	294	1945
Évora	305	368	430	362	347	411	357	347	1992
Beja	199	194	531	267	368	293	415	194	1945
S. Brás de Alportel	286	289	817	396	536	554	423	289	1945

Da análise das séries da quantidade de precipitação desde 1941 (Tabela 3), verifica-se que em Ponte de Lima, Braga, Portalegre, Grândola, Alvalade e Relíquias o ano hidrológico 2004/05 é o mais seco dos últimos 65 anos.

Tabela 3 – Precipitação acumulada desde 1 de Outubro a 30 de Setembro

Estação	2005 mm	1945 mm	1976 mm	1981 mm	1992 mm	1995 mm	1999 mm	Menor Valor Anteriormente Observado	
								mm	Ano
Bragança	405	344	618	459	486	614	634	344	1945
Ponte de Lima	833	990	888	1169	1152	1598	1216	888	1976
Braga	821	843	911	1096	1069	1295	1147	843	1945
Barcelos	837	854	823	1206	1056	1343	1189	823	1976
Mirandela	274	170	368	339	329	397	408	170	1945
Castelo Branco	374	352	463	482	390	494	418	352	1945
Portalegre	399	405	675	534	582	649	558	405	1945
Grândola	245	350	452	403	436	347	409	347	1995
Serpa	209	196	440	192	406	353	388	192	1981
Alvalade	205	267	417	303	369	279	308	264	1983
Relíquias	238	323	401	337	407	298	387	298	1995
Martim Longo	200	120	394	231	490	336	337	120	1945
B. Bravura	277	268	786	346	420	362	397	268	1945

As actividades humanas dependentes das águas das albufeiras foram acauteladas pela gestão criteriosa das mesmas e de acordo com as disponibilidades que estas apresentavam em 31 de Janeiro de 2005, data na qual a Comissão de Gestão de Albufeiras analisou a situação e declarou a situação como sendo de seca. Nos mapas da figura 8 apresenta-se a evolução dos armazenamentos entre 31 de Janeiro e 30 de Setembro por bacia hidrográfica e em termos de percentagem em relação às médias dos armazenamentos históricos.

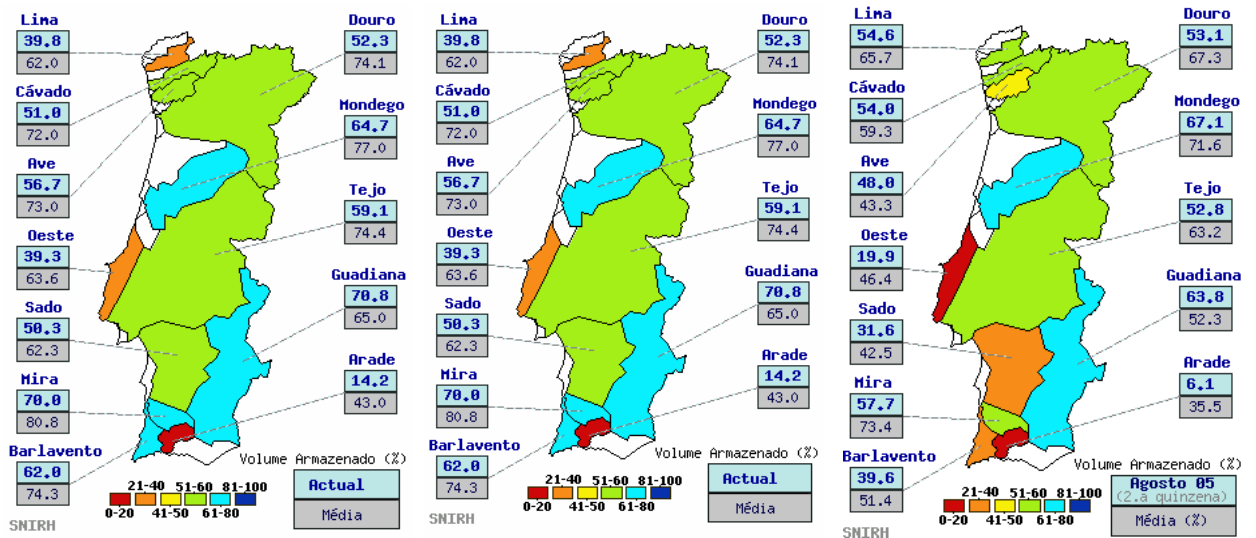
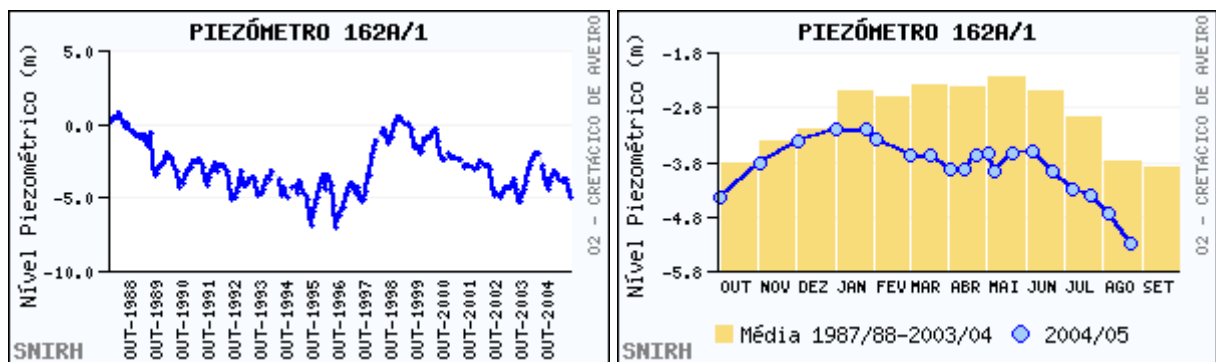


Figura 8 – Evolução do armazenamento em albufeiras

Em termos de garantia do abastecimento de água a partir de albufeiras, apesar do ano ter sido climatologicamente extremamente seco antecedido de um ano muito seco, mesmo sem uma análise detalhada caso a caso, do acompanhamento da seca pode concluir-se que o comportamento das albufeiras pode classificar-se do seguinte modo:

- ▶ Abastecimento normal, em que não se registaram restrições porque a utilização principal está abaixo do projectado;
- ▶ Abastecimento com algumas restrições, porque foram instaladas utilizações posteriormente à construção da barragem que adquiriram prioridade;
- ▶ Abastecimento com severas restrições, situações em que essas restrições estão de acordo com as garantias de projecto ou as utilizações instaladas superam as disponibilidades da bacia hidrográficas em períodos sucessivos de anos secos.

As origens de águas subterrâneas evoluíram de acordo com o esperado para as condições de seca com os aquíferos do Cretácico de Aveiro e o de Querença-Silves a revelarem situações de alguma preocupação por terem atingido os seus níveis hídricos mais baixos.



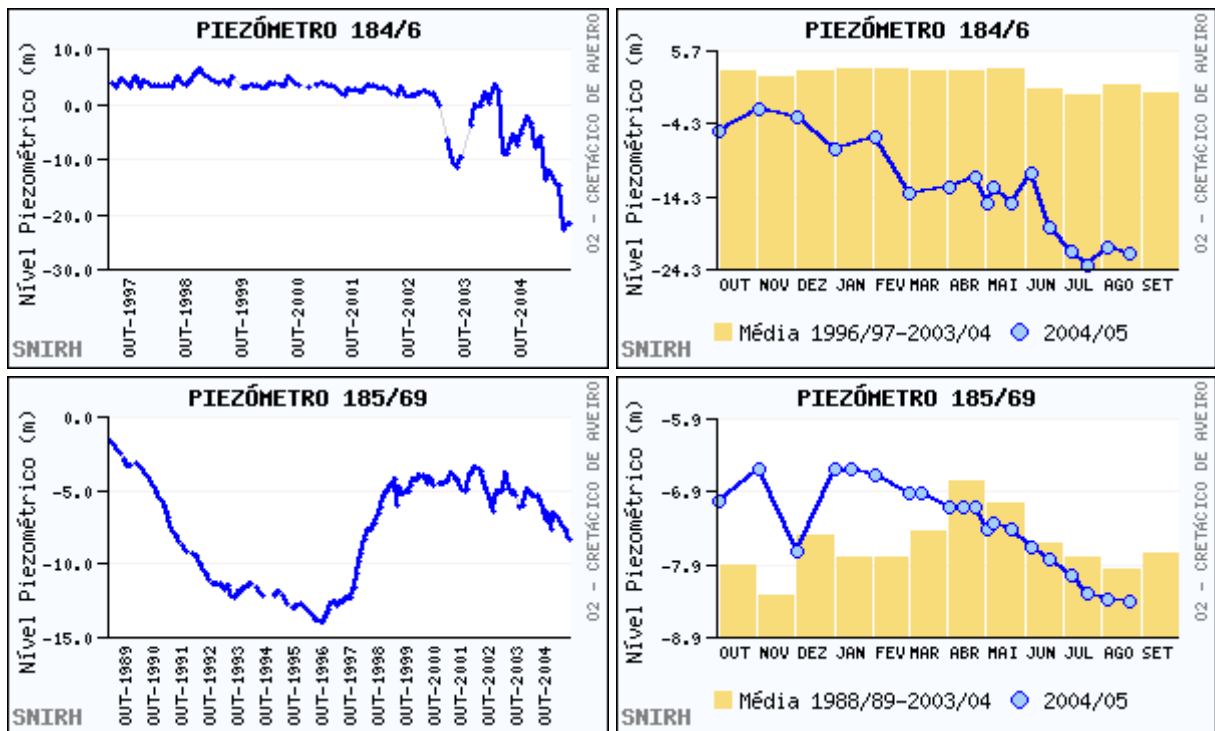


Figura 9 – Evolução de níveis piezométricos dos aquíferos do Cretácico de Aveiro

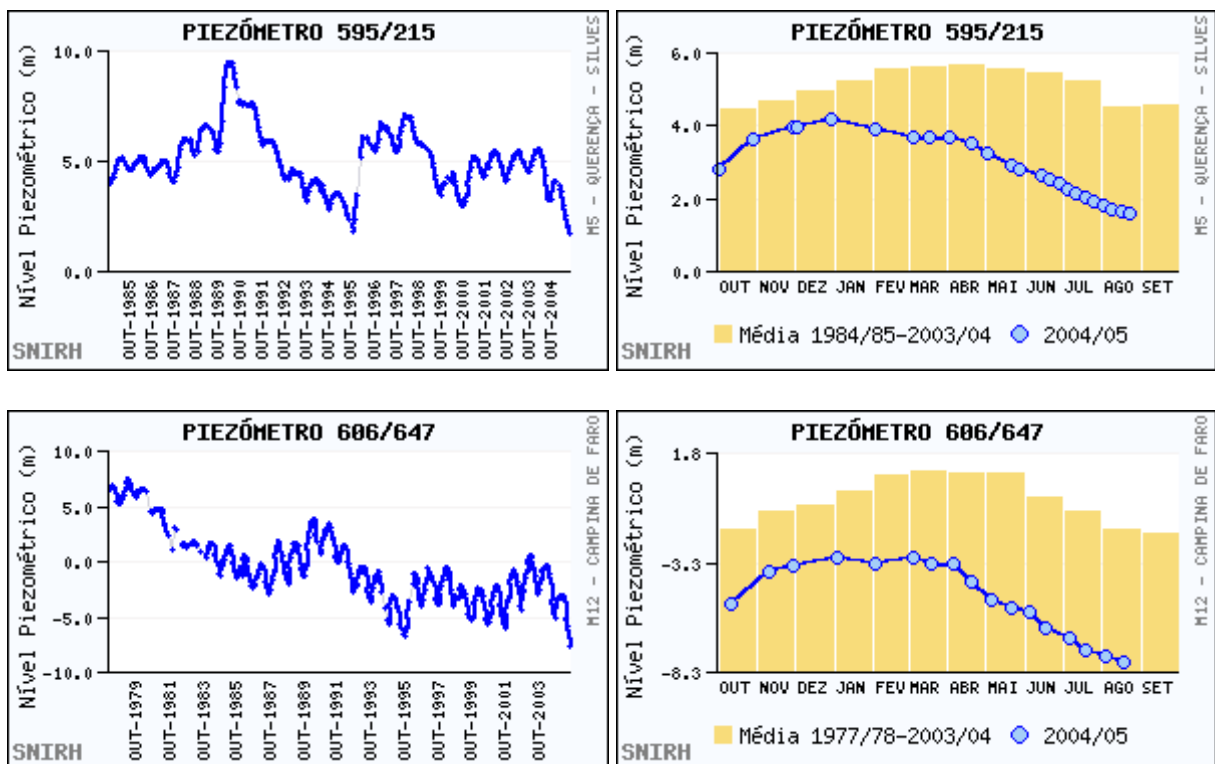


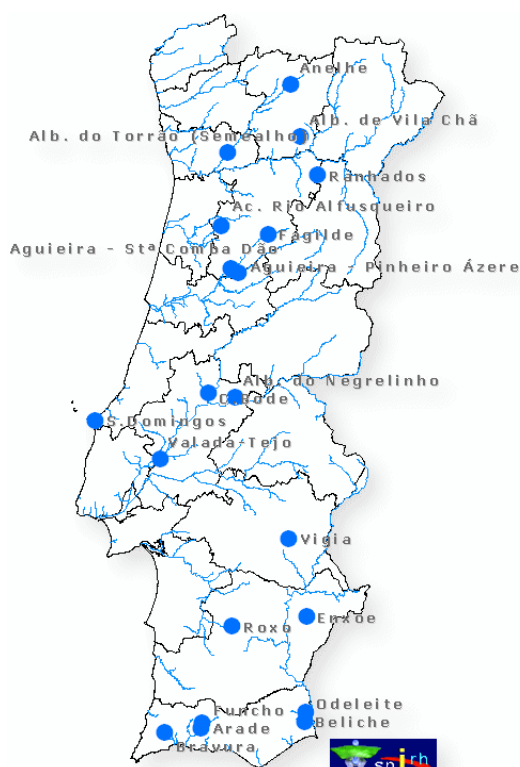
Figura 9 – Evolução de níveis piezométricos dos aquíferos de Querença-Silves

Evolução da qualidade da água nas origens

Durante a seca instalada em 2005 as preocupações relativas à qualidade da água centraram-se nas origens de água para abastecimento público, dadas as repercussões que a degradação da qualidade poderia ter na saúde pública.

Para dar cumprimento ao disposto no DL nº 236/98, de 1 de Agosto, as origens de água estão sujeitas a uma rotina mensal de monitorização, onde são analisados todos os parâmetros exigidos pelo referido DL. Estes dados só estão disponíveis publicamente no mínimo 1,5 a 2 meses após recolha das amostras, pois requerem processamento laboratorial, validação, envio dos resultados ao INAG pelas CCDRs e carregamento no SNIRH.

Para efeito de acompanhamento da seca, foi implementada uma rotina suplementar de monitorização quinzenal da qualidade da água de um conjunto de origens de água para abastecimento público, seleccionado pelas CCDRs, com base na importância e no historial de qualidade das origens (mapa anexo) que possibilitaria por analogia identificar tendências na evolução dos parâmetros de qualidade exclusivas da situação de seca.



As restantes origens continuaram a ser monitorizadas na base mensal prevista na legislação vigente, para a gama de parâmetros requerida.

Dada a necessidade de se dispor em tempo útil de informação sobre a evolução da qualidade da água, a intensificação de monitorização foi efectuada recorrendo à utilização de sondas multiparamétricas e a observações visuais. Naturalmente que o recurso às sondas limitou a gama de parâmetros possível de ser monitorizada: temperatura; pH; condutividade; oxigénio dissolvido (OD); sólidos suspensos totais (SST). Contudo, a informação foi considerada como indicadora da presença de potenciais problemas de poluição que pudessem comprometer os fins a que a massas de água

se destinam. Recorreu-se a monitorização convencional complementar de outros parâmetros sempre que se detectaram potenciais situações problemáticas. A afluência de nutrientes e de matéria orgânica e o teor em clorofila a e identificação

das espécies fitoplanctónicas foram as análises complementares mais recorrentemente realizadas, sempre que justificado.

A intensificação do acompanhamento começou por ser efectuada para a região sul do país (Alentejo e Algarve), onde o efeito da seca nos meios hídricos superficiais se instalou mais cedo e com maior severidade, estendendo-se posteriormente às restantes regiões do país.

A necessidade de deslocação aos locais de captação de água para abastecimento público para monitorização, tarefa necessariamente morosa, conduziu a que a análise da qualidade da água tivesse sistematicamente uma quinzena de atraso relativamente à análise quantitativa.

Os resultados de monitorização obtidos foram regularmente disponibilizados ao público, podendo ser visualizada graficamente a sua evolução temporal no relatório de acompanhamento da seca.

Na região norte de Portugal as origens de água não demonstraram degradação da qualidade da água em consequência da seca, o mesmo não se tendo passado em diversas origens do centro ao sul.

Do centro ao sul o problema mais recorrente foi o esperado: redução da concentração em oxigénio dissolvido por excesso de matéria orgânica ou por eutrofização das massas de água, proporcionando uma grande variabilidade diurna da concentração em oxigénio, conduzindo nalguns casos a mortandade nocturna de peixes por depleção de oxigénio. Esta situação foi agravada pelas elevadas temperaturas que se fizeram sentir no Verão.

Sempre que o nível de eutrofização observado foi muito elevado, procedeu-se à identificação das espécies fitoplanctónicas, com o objectivo de averiguar se se encontravam presentes espécies nocivas para a saúde pública, nomeadamente cianobactérias. Quando a presença de tais espécies foi confirmada, procederam-se a análises da toxicidade presente na água. Visando reduzir estes problemas foi efectuada o controlo da carga piscícola em algumas albufeiras.

Quando a qualidade da água não era compatível com o abastecimento à população, de acordo com o DL. N.º 236/98, procedeu-se ao encerramento da captação. Situação tão extrema ocorreu apenas na albufeira do Enxoé.

As situações mais problemáticas que surgiram estiveram intimamente ligadas ao aparecimento de fenómenos de eutrofização, uma vez que as condições climatológicas verificadas os favoreceram. O caso mais problemático foi na Albufeira de São Domingos, por se tratar de uma fonte de abastecimento urbano crucial ao concelho de Peniche.

Na captação de Valada também se verificou durante o verão uma degradação da qualidade da água, principalmente devido aos baixos caudais do rio Tejo, que

permitiram concomitantemente uma maior influência da maré nesta zona, com as consequências que daí advêm.

Deve por fim salientar-se que no final do ano hidrológico se verificou uma tendência para a melhoria da qualidade da água na Albufeira de S. Domingos, que embora ainda tenha a presença de cianobactérias, as quantidades são bastante inferiores aos valores registados no mês de Julho.

Evolução da severidade sobre as actividades humanas

Abastecimento urbano

A utilização de meios dos corpos de bombeiros para a realização de operações de abastecimento público de água embora seja prática corrente em Portugal, mesmo nos anos em que não ocorre seca meteorológica (por exemplo em situações de interrupções do fornecimento causadas por limpeza de reservatórios municipais, rotura de tubagens ou falta de qualidade das origens de água), ocorreu em 2005 um crescimento significativo do número de abastecimentos realizados pelos bombeiros. Entre 1 de Janeiro e o final de Setembro o número de abastecimentos ascendeu a cerca de 17 mil, valor que foi superior ao registado na totalidade do ano de 2004 ou de 2003. As solicitações registadas pelos corpos de bombeiros ao longo do ano corresponderam a uma média diária de cerca de 60 abastecimentos (este valor sobe para mais de uma centena de solicitações diárias se se considerar apenas o período de Verão), representando um crescimento na ordem dos 60% face a idêntico período do ano anterior.

Protecção civil e Incêndios florestais

O tempo seco verificado no território de Portugal Continental ao longo do ano originou um aumento progressivo do estado de secura do coberto vegetal (indicador da facilidade dos processos de ignição e propagação dos incêndios), situação que viria a ter o seu reflexo no aumento do número de incêndios em espaços florestais, agrícolas e incultos e num acréscimo da área ardida, quando comparada com o ano anterior.

Agricultura

A campanha cerealífera de Outono/Inverno, caracterizou-se por uma diminuição generalizada das produções da maioria dos cereais em todas as regiões, exceptuando, o trigo mole, cujo aumento da produção, não se deveu às condições de seca vigente, mas devido, sobretudo ao novo ciclo de ajudas, no âmbito da PAC, Regime de Pagamento Único (RPU).

No início da campanha, o estado vegetativo destas culturas, esteve adiantado em relação à época e em situação de alguma desidratação. Em Abril, as estimativas de produtividade dos cereais, apontavam, já para decréscimos significativos. Nos meses seguintes, com a manutenção/agravamento das condições climáticas adversas (baixa precipitação e elevadas temperaturas), a produção colhida foi

bastante inferior relativamente ao ano anterior, atingindo quebras superiores a 30% em todos os cereais, excepto no trigo mole.

À medida que a situação de seca se agravou e as disponibilidades forrageiras diminuíram, verificou-se um desvio da produção de grão para forragem e/ou pastoreio.

Em Abril, as quedas pluviométricas tiveram um efeito positivo no desenvolvimento vegetativo dos prados, pastagens de sequeiro e culturas forrageiras, que todavia, apresentavam um crescimento heterogéneo e inferior ao que seria normal para a época. Nesta altura encontravam-se a decorrer os cortes e a sua produção era inferior ao normal. A antecipação dos cortes, o sobrepastoreio e o fraco desenvolvimento vegetativo comprometeu a constituição de stocks para o período estival.

Devido à escassez dos recursos hídricos, houve uma diminuição das áreas semeadas das culturas forrageiras de Primavera/Verão. Também a produção de silagens, feitas à base destas culturas, apresentou valores inferiores ao normal para a época do ano.

As sementeiras dos cereais de Primavera/Verão iniciaram-se em Abril e decorreram com normalidade, pontualmente com algum atraso. A ausência de precipitação e a escassez de água para rega, originou uma diminuição das áreas semeadas de milho, em relação ao ano anterior, levando os produtores a optarem por culturas menos exigentes em água, nomeadamente o sorgo e o milho de sequeiro. A escassez de água para rega limitou as áreas de milho de regadio às zonas em que não houve restrições de água. Nestes casos, a cultura apresentou uma boa germinação.

Dada a escassez de água e à instabilidade das condições meteorológicas, verificou-se em Abril, uma redução das áreas semeadas de girassol, melão, grão de bico, beterraba, feijão e de tomate para indústria. A falta de água confinou as sementeiras aos solos com maior aptidão agrícola e sem restrições hídricas. Em algumas zonas, em que as disponibilidades hídricas foram menores, as culturas apresentaram um aspecto vegetativo debilitado.

As áreas de sementeira em que não houve falta de água, apresentaram um bom aspecto vegetativo.

As plantações da batata decorreram em boas condições e houve uma boa emergência das plantas, consequência da precipitação ocorrida no final de Março. Nesta fase, já se previa uma diminuição das áreas. Nos meses seguintes, a falta de precipitação levou a um desenvolvimento vegetativo irregular na batata de sequeiro e a colhida apresentou um calibre menor que o normal e de inferior qualidade. Face às previsões de falta de precipitação a longo prazo, verificou-se uma diminuição nas sementeiras da batata de regadio.

Em Junho, com a manutenção da falta de precipitação e a escassez de água para rega (furos, poços e nascentes), conduziu a uma descida generalizada da produtividade da batata.

Em Abril, os pomares de pomóideas e de prunóideas, apresentavam uma boa floração e um normal vingamento dos frutos, prevendo-se boas produções, embora a sua evolução dependesse das disponibilidades hídricas futuras.

Em Julho, a generalidade destas culturas apresentava um bom aspecto vegetativo, no entanto, nos terrenos menos húmidos, as pomóideas e as vinhas, cujos frutos se encontravam em fase de crescimento, apresentavam sinais de stress hídrico.

Em Agosto, as prunóideas, nomeadamente os pêssegos, estavam em fase de colheita, confirmando-se a existência de grande percentagem de frutos com baixo calibre. Foi, neste aspecto, a fruteira que mais se ressentiu com estas condições climatéricas adversas. Nesta altura, no Ribatejo e Oeste, nos pomares de pêra Rocha, começaram a aparecer sintomas de escaldão, devido às elevadas temperaturas, associadas à ausência de humidade atmosférica.

Em Abril e Maio, a vinha apresentou algum atraso no desenvolvimento vegetativo. Estas condições meteorológicas foram benéficas para o controlo de doenças, nomeadamente o mildio, diminuindo o número de tratamentos fitossanitários. Nos meses seguintes, a vinha recuperou o atraso verificado inicialmente, com excepção do Algarve. Nesta região, a uva de mesa e de vinho, nas áreas de regadio, apresentava um bom desenvolvimento vegetativo, enquanto, que as áreas de sequeiro, evidenciavam sintomas de stress hídrico.

Produção de energia

O ano de 2005 tem sido extremamente seco, com um coeficiente de hidraulicidade acumulado até ao momento de 0,30, vindo na sequência do ano 2004 com um coeficiente de hidraulicidade também abaixo da média (0,81) – em ano "normal" este coeficiente deveria ser de 1,0.

Apesar da estratégia de contenção utilizada na exploração das diversas albufeiras do sistema electroprodutor, restringindo a sua utilização quase exclusivamente aos meses de Inverno, com consumos de energia eléctrica mais elevados, a evolução do armazenamento global não deixou de reflectir o baixo nível de afluências ao longo do ano, atingindo um mínimo de cerca de 37% em meados de Março, subindo até 50% com a pluviosidade dos meses de Março, Abril e Maio, e descendo gradualmente até ao valor actual de 38%.

Esta utilização reduzida, com impacto no que diz respeito aos custos de produção de energia eléctrica, teve como objectivo a compatibilização com utilizações para outros fins, nomeadamente no que diz respeito às albufeiras de Alto Lindoso, Castelo de Bode, Aguieira, Torrão e Caldeirão.

A maior preocupação resultante deste cenário de seca reside no facto do “mix” da produção ficar fortemente dependente de combustíveis fósseis, para compensar a quebra das centrais hídricas. Esse impacto, relativamente ao ano hidrológico é neste momento de 133,5 M€ (106 €), estimando-se que atinja, até final do ano civil, 182 M€ (106 €), sem contabilizar os custos associados às emissões de CO₂. Com efeito, uma vez que se verificou um 2005 muito seco, e conseqüentemente um maior recurso ao parque térmico para satisfação dos consumos do Sistema Eléctrico Nacional, os resultados dos estudos realizados prevêm que o conjunto das centrais do Sistema Electroprodutor Público possa ultrapassar o quantitativo anual de licenças de emissões de CO₂. Previsto no PNALE (Plano Nacional de Alocação de Licenças de Emissão), na ocorrência de um regime hidrológico médio. Feita uma análise da evolução do preço de CO₂ no mercado verifica-se um crescimento sustentado do preço das licenças de CO₂, desde 7,00 € /t (em Janeiro) até ao preço actual de cerca de 30 € /t , justificado por um período prolongado de seca que fez aumentar o consumo de electricidade produzida através de combustíveis fósseis.

Do ponto de vista da gestão do Sistema Eléctrico Nacional, o período de seca, como o que se está a viver actualmente, não afectou a capacidade do sistema de satisfazer os consumos. A dependência do abastecimento de energia eléctrica relativamente às albufeiras tem-se reduzido progressivamente nos últimos anos, nomeadamente com os valores actuais da capacidade de interligação com Espanha e as centrais térmicas a gás de ciclo combinado da Tapada do Outeiro e do Ribatejo (total aproximado de 1800 MW). Estima-se que a energia produtível a partir de centrais hídricas em regime seco represente apenas 12,5% do consumo de energia global do país. Em regime “normal” as centrais hídricas contribuem com 30% a 40%.

De registar que foram ultrapassadas junto da Comissão da Seca 2005, potenciais dificuldades ambientais que poderiam pôr em risco o funcionamento das centrais da Tapada do Outeiro (por temperatura elevada no rio Douro) e do Pego (por caudal baixo no rio Tejo).

MEDIDAS TOMADAS PARA MITIGAR OS EFEITOS DA SECA E RESPECTIVA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

De âmbito bilateral

Foram objecto de concertação com as autoridades espanholas os regimes de caudais dos rios internacionais a vigorarem até ao final do ano hidrológico (30 de Setembro). Com efeito, no âmbito das competências da Comissão para Aplicação e Desenvolvimento da Convenção (CADC) realizou-se uma reunião no dia 22 de Junho em Madrid onde se avaliaram as condições de seca que os dois países atravessam e se confirmaram os valores de precipitação e de caudais que se registaram até ao momento e a possibilidade de Espanha cumprir com o que está estabelecido na Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, designadamente em situação normal nas bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima, Tejo e Guadiana e em situação de excepção na do rio Douro onde deverão circular 250 hm³ em Junho, 100 hm³ em Julho, 100 hm³ em Agosto e 100 hm³ em Setembro. Na mesma reunião foi ainda acertada para finais de Julho a realização da Conferência das Partes com o objectivo de dar um novo impulso às relações bilaterais em matéria de águas.

O regime de caudais do Protocolo Adicional foi cumprido por parte de Espanha nas secções dos rios Minho, Tejo e Guadiana. No caso do rio Douro, e uma vez que foi accionado o regime de excepção por baixa precipitação, foram mantidos os valores mensais mínimos até ao final do ano hidrológico (30 de Setembro) acordados com Portugal e discutidos na primeira Conferência das Partes da Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, que se realizou em Lisboa, no dia 27 de Julho.

Quanto aos volumes anuais de escoamento a observar por Portugal nos troços de jusante das bacias hidrográficas internacionais, foi cumprido o regime de caudais do Protocolo Adicional nas secções dos rios Douro e Guadiana, não tido sido cumpridos os 4000 hm³ na secção de Muge, no rio Tejo, devido à seca nos principais afluentes, facto esse que foi comunicado às autoridades espanholas invocando o n.º1 do art.º 6 do Protocolo Adicional - Regime de Caudais.

De âmbito nacional

Medidas preventivas

No ano hidrológico 2004/2005 o estado de seca foi proposto em 31 de Janeiro de 2005 pela Comissão de Gestão de Albufeiras (DL n.º 21/98 de 3 de Fevereiro), composta pelo INAG, que preside, entidades da Administração Pública, entre as quais IM, IDRHa, CCDR's, SNBPC, REN, CPPE, DR Agricultura, 113 Câmaras Municipais e/ou entidades concessionárias e entidades gestoras de perímetros de rega.

Em 14 de Fevereiro e 12 de Abril, nas Subcomissão Regionais da Comissão de Gestão de Albufeiras, foram tomadas as medidas sobre as origens de água com repartição dos volumes disponíveis entre os diferentes utilizadores das albufeiras, que afectou as áreas dos concelhos da figura 11 e da tabela seguintes.

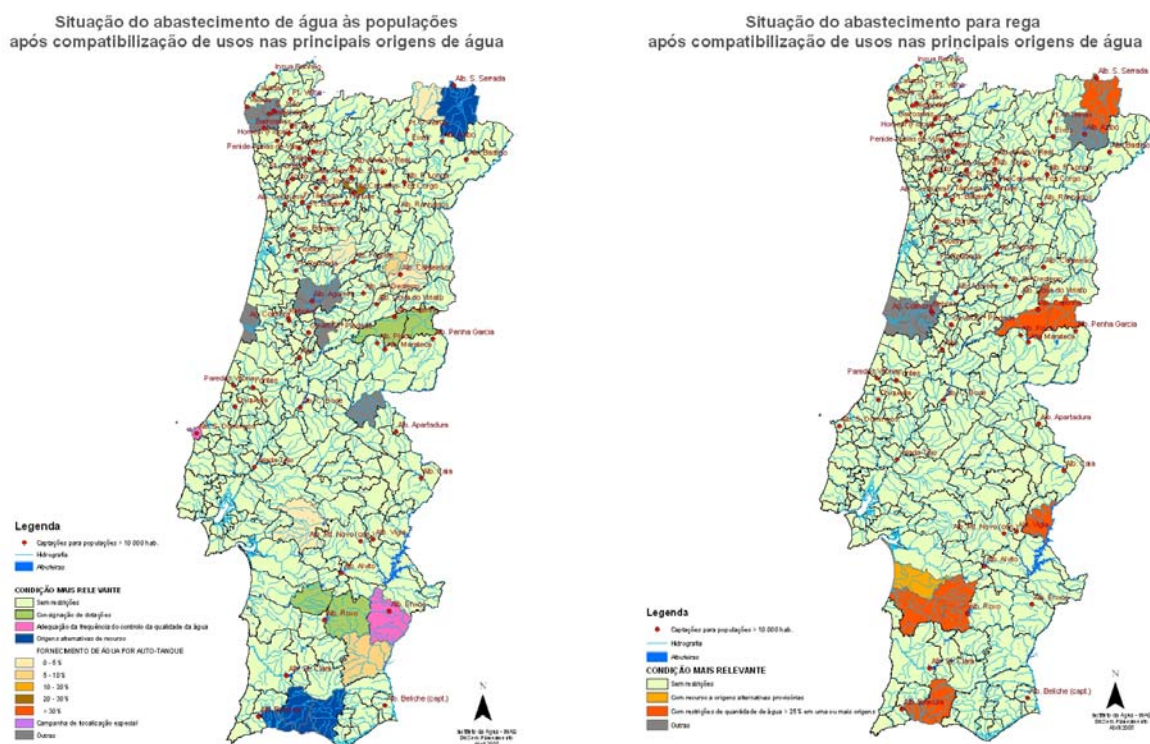


Figura 11 – Restrições ao uso da água a partir de albufeiras

Tabela 5

Medidas de compatibilização de utilizações das disponibilidades de água das principais origens de água de superfície tomadas nas reuniões das subcomissões regionais das zonas norte, centro e sul da comissão de gestão de albufeiras (dl nº 21/98) realizadas em 14 de Fevereiro e 12 de Abril de 2005

ORIGEM DE ÁGUA ----- ALBUFEIRA	ABASTECIMENTO AS POPULAÇÕES ----- CONCELHO	ZONAS DE REGA ----- CONCELHO	OUTRAS UTILIZAÇÕES	DISPONIBILIDADES E MEDIDAS DE COMPATIBILIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
AZIBO	Macedo de Cavaleiros Bragança (Izeda)	Macedo de Cavaleiros Mirandela	Praia Fluvial	Os 70% de disponibilidades garantem a normalidade dos serviços de abastecimento de água para rega e às populações	
BURGA	-	Alfândega da Fé	-	Albufeira a 10% da sua capacidade. As obras de remodelação do sistema de rega inviabilizam a sua utilização	
GOSTEI	-	Bragança	-	Os 30% de disponibilidade são suficientes para garantir a rega em 2005. Da reunião específica para avaliar a possibilidade de ser origem de recurso para abastecimento de águas às populações por auto-tanque resultou a redução de disponibilidades para rega	Possível origem de recurso em caso de emergência para abastecimento das populações de Bragança
MAIROS	-	Chaves	-	Os 60% de disponibilidades garantem a campanha de rega de 2005	
ARCOSSÓ	-	Chaves	-	Os 50% de disponibilidades garantem a campanha de rega de 2005	
GRALHAS	-	Bragança	-	Açude do sistema do Alto Sabor	
SALGUEIRO	-	Vila Flor Alfândega da Fé	-	Os 55% de disponibilidades garantem a campanha de rega de 2005	
PRADA	-	Bragança	-	Os 100% de disponibilidades garantem a campanha de rega de 2005	
ALTO LINDOSO TOUVEDO	Viana do Castelo (Bertiandos) Ponte de Lima (Utilizações indirectas)	-	Produção de energia eléctrica Abastecimento industrial (Portucel)	As disponibilidades são para a produção de energia de ponta e os caudais a lançar para jusante asseguram o controlo da cunha salina no troço final do rio Lima de modo a manter operacionais as captações de Bertiandos e da Portucel	Necessidade de manter um controlo quinzenal dos níveis de salinização incluindo no mês de Agosto em que a Portucel suspende as actividades
SERRA SERRADA	Bragança	-	Produção de energia eléctrica	Os 70% de disponibilidades garantem apenas os meses de Junho, Julho e Agosto. As campanhas de sensibilização estão a reduzir em 20% os consumos. Esta origem foi substituída por origens alternativas (Sabor, Baceiro, Cova da Lua) que garantem o abastecimento com água bruta enquanto a albufeira não estiver em pleno armazenamento. Iniciados os procedimentos para eventual derrogação da aplicação das normas sobre a qualidade da água	No quadro do plano de contingência a origem está encerrada como reserva para ser usada nos meses de Verão
CAMBA	Macedo de Cavaleiros Alfândega da Fé Mogadouro	Alfândega da Fé	-	Os 45% de disponibilidades permitem garantir a campanha de rega de 2005 e o abastecimento às populações. Apuradas as necessidades em reunião específica ficam assegurados os serviços de abastecimento à rega e às populações	
ESTEVAINHA	Alfândega da Fé	Alfândega da Fé	-	Os 50% de disponibilidades garantem o abastecimento de água às populações. Em reunião específica verificou-se que o regadio dos pomares faz-se apenas com 25.000 m ³ que estão garantidos	
PENEIREIRO	Vila Flor	-	-	Os 40% de disponibilidades para abastecimento são insuficientes até Setembro. Necessidade de avaliar o cumprimento das normas de qualidade da água	Há pequenas localidades com problemas a serem resolvidos com abastecimento a partir de novos furos
FONTE LONGA	Carrazeda de Ansiães Vila Flor	-	-	As disponibilidades para abastecimento são insuficientes até Agosto de 2005	
RANHADOS	Vila Nova de Foz Côa, Penedono, Meda	-	-	As disponibilidades actuais garantem o abastecimento às populações	
VALE DE FERREIROS	Moncorvo	-	-	As disponibilidades actuais garantem o abastecimento às populações	
ARROIO	Moncorvo	-	-	As disponibilidades actuais garantem o abastecimento às populações	
PALAMEIRO	Moncorvo	-	-	As disponibilidades actuais garantem o abastecimento às populações	
SALGUEIRAL	Moncorvo	-	-	As disponibilidades actuais garantem o abastecimento às populações	

ORIGEM DE ÁGUA ----- ALBUFEIRA	ABASTECIMENTO AS POPULAÇÕES ----- CONCELHO	ZONAS DE REGA ----- CONCELHO	OUTRAS UTILIZAÇÕES	DISPONIBILIDADES E MEDIDAS DE COMPATIBILIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
SANTA MARIA DE AGUIAR	Figueira de Castelo Rodrigo Vila Nova de Foz Côa	-	-	As disponibilidades actuais garantem o abastecimento às populações	
QUEIMADELA	Fafe			As disponibilidades garantem o serviço do abastecimento previsto	Se alguns furos falharem em pequenas localidades recorrem ao abastecimento por auto-tanque
ALIJÓ	Alijó	Alijó	-	Os 60% de disponibilidades garantem as utilizações previstas	
TORRÃO	Amarante Marco de Canavezes	-	Produção de energia eléctrica Recreio e Lazer	As disponibilidades garantem as utilizações. Contudo a ocorrência de algas cianobactérias requer uma vigilância especial da qualidade da água. A cota da albufeira irá descer 2 m abaixo do nível mínimo habitual para obras de reparação num pilar da ponte ferroviária por acordo entre REFER, REN, CPPE e CMM Canavezes	A monitorização da qualidade da água na captação de Marco de Canavezes é efectuada quinzenalmente para controlo das cianobactérias
SORDO	Vila Real Santa Marta de Penaguião	-	Produção de energia eléctrica	Os 100% de disponibilidades garantem o abastecimento às populações. Contudo estão em curso campanhas de sensibilização para redução dos consumos	A C.M. de Vila Real tem em curso um concurso para aquisição de 2 auto-tanques
ALVÃO	Vila Real	-	-	Os 50% de disponibilidades complementam a garantia de abastecimento às populações a partir da albufeira do Sordo	
AGUIEIRA	S. Comba Dão Mortágua Tábua Carregal do Sal Penacova Figueira da Foz	Coimbra Figueira da Foz Montemor-o-Velho Soure Condeixa-a-Nova	Produção de energia eléctrica Recreio e Lazer Controle de cheias	Em reunião específica foi estabelecido que a utilização dos 365 x 10 ⁶ m ³ armazenados seriam utilizados: 2,7 x 10 ⁶ m ³ para abastecimento à Figueira da Foz, 80 x 10 ⁶ m ³ para a rega e a indústria (Soporcel e Celbi) utilizará captações em furos e directamente do rio Mondego para satisfazer as suas necessidades de 17,5 x 10 ⁶ m ³ . As perdas no regime de funcionamento do canal são de 5 x 10 ⁶ m ³ e o caudal ecológico de 60 x 10 ⁶ m ³ . Para viabilizar a exploração de todos as potencialidades da albufeira serão adaptadas as captações existentes provisoriamente as quais no futuro próximo serão substituídas por nova origem integrada	A cota 114 de exploração poderá ser considerada como valor limite sem prejuízo de se estudarem soluções que permitam a utilização integral da capacidade da albufeira
FAGILDE	Viseu Mangualde Nelas	-	-	Os 2,5 x 10 ⁶ m ³ de disponibilidades asseguram o abastecimento às populações sem restrições	Se for viável o alteamento do descarregador de superfície a título excepcional poder-se-iam armazenar mais 0,7 x 10 ⁶ m ³
COVA DO VIRIATO	Covilhã	-	-	Os 100% de disponibilidade permitem satisfazer as necessidades	
S. DOMINGOS	Peniche	-	-	Os 40% de disponibilidades garantem o abastecimento às populações subsistindo o problema da qualidade da água. Por precaução são reactivadas captações subterrâneas	
RIO DA MULA	(Cascais)	-	-	Está quase vazia e a pouca água não tem qualidade para qualquer uso	
CALDEIRÃO	Guarda Pinhel	-	Energia eléctrica	Os 100% de disponibilidades garantem o abastecimento às populações com a suspensão do turbinamento logo que as aflúncias sejam iguais ou inferiores à captação de água	
SABUGAL	Sabugal	-	-	Os 8 x 10 ⁶ m ³ de disponibilidades asseguram o abastecimento às populações do Sabugal que capta a jusante	A albufeira encontra-se a uma cota baixa porque decorrem as obras de escavação do túnel de ligação à albufeira da Meimoa

ORIGEM DE ÁGUA ----- ALBUFEIRA	ABASTECIMENTO AS POPULAÇÕES ----- CONCELHO	ZONAS DE REGA ----- CONCELHO	OUTRAS UTILIZAÇÕES	DISPONIBILIDADES E MEDIDAS DE COMPATIBILIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
CASTELO DO BODE	Sistema EPAL – Alcanena, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Porto de Mós, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha	-	Produção de energia eléctrica Recreio e Lazer Turismo	Os 75% de disponibilidades garantem uma exploração normal e asseguram o abastecimento às populações	A captação da EPAL só funciona até à cota (99) em regime normal e até à cota (89) em regime reduzido abaixo da qual a captação terá que ser feita a jusante da barragem
ALTO CEIRA	Góis (captação muito a jusante da barragem)	-	Produção de energia eléctrica	A barragem está em obras e por isso a albufeira está vazia e transfere toda a água para Santa Luzia. A CPPE vai aumentar o caudal ecológico para jusante	Transvase de água para a albufeira de Stª Luzia no rio Zêzere para produção de energia
MEIMOA	Penamacor Fundão	Fundão Belmonte Penamacor	-	Dos 50% de disponibilidades foram consignados $9,5 \times 10^6$ m ³ para agricultura e $2,0 \times 10^6$ m ³ para abastecimento às populações	O volume morto da albufeira por ser utilizado para lançar na ribeira e ser captado a jusante para a albufeira da Capinha que é a origem directa do abastecimento ao Fundão
CABRIL	Pedrógão Grande	-	Produção de energia eléctrica	Os 37% de disponibilidades garantem o abastecimento às populações	O regime de exploração leva a baixar a cota até 1/3 da capacidade para encaixe de caudais de cheia
IDANHA	Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	Produção de energia eléctrica	Os 63% de disponibilidades garantem as necessidades de rega e do abastecimento às populações	
BURGÃES	Vale de Cambra	Vale de Cambra	-	Os 100% de disponibilidades garantem a satisfação das necessidades de rega e a captação de água a jusante para abastecimento às populações	Caso as aflúncias diminuam a C.M. de Vale de Cambra pretende requisitar toda a água
CAIA	Elvas Campo Maior	Elvas	Produção de energia eléctrica integrada no sistema de rega Recreio e Lazer	Os 58% de disponibilidades garantem a rega e o abastecimento de água às populações ficando no final do ano com 63×10^6 m ³ de reserva	
SANTA CLARA	Odemira	Odemira Aljezur	Produção de energia eléctrica integrada no sistema de rega Indústria (Minas Neves Corvo) Recreio e Lazer	Os 69% de disponibilidades garantem a campanha de rega e o abastecimento às populações e o abastecimento à indústria ficando no final do ano com 41×10^6 m ³ de volume útil	Apenas 37% de água armazenada é volume útil. O volume morto é de $244,7 \times 10^6$ m ³
CORTE BRIQUE	-	Odemira	-	Os 65% de disponibilidades garantem a campanha de rega em condições normais	
ALVITO	Alvito, Portel, Cuba, Vidigueira e Viana do Alentejo	-	-	Os 88% de disponibilidades garantem o abastecimento de água às populações e a transferência de 10×10^6 m ³ para reforço da albufeira de Odivelas e 1×10^6 m ³ para reforço das captações directas no rio Sado para o perímetro do Vale do Sado.	A captação de água para abastecimento às populações vai ser melhorada com filtros de carvão activado
MAGOS	-	Salvaterra de Magos	-	Os 61% de disponibilidades requerem a bombagem a partir do rio a jusante	

ORIGEM DE ÁGUA ----- ALBUFEIRA	ABASTECIMENTO AS POPULAÇÕES ----- CONCELHO	ZONAS DE REGA ----- CONCELHO	OUTRAS UTILIZAÇÕES	DISPONIBILIDADES E MEDIDAS DE COMPATIBILIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
DIVOR	-	Arraiolos	-	Os 65% de disponibilidades garantem a campanha de rega normal ficando com 31% de volume útil no final do ano	Possível origem de recurso de abastecimento a Arraiolos se a qualidade da água o permitir
MINUTOS	-	Montemor-o-Novo	-	As disponibilidades garantem a campanha de rega em condições normais	
ABRILONGO	-	Campo Maior	-	As disponibilidades garantem as utilizações normais	
ENXOÉ	Mértola Sarpa	-	-	A qualidade da água requer uma vigilância permanente não existindo restrições sobre os 64% de disponibilidades	Origem determinada para captação de água para abeberamento de gado por meio de auto-tanques com acesso controlado
VIGIA	Redondo Reguengos de Monsaraz	Évora Redondo	-	O volume de água necessário para o abastecimento público em 2005 e 2006 é de 3,4hm ³ , limitando-se, por isso, os volumes para a campanha de rega actual a 2,6 x 10 ⁶ m ³	
MONTE DA ROCHA	Ourique Castro Verde	Santiago do Cacém Ourique	-	Os 46% de disponibilidades garantem a campanha de rega e o abastecimento às populações ficando no final do ano com 15 x 10 ⁶ m ³ úteis	
ARADE	-	Silves Lagoa Portimão	Turismo	Os 13% de disponibilidades apenas permitem a rega dos pomares com recurso a furos e transferência de 3 x 10 ⁶ m ³ da albufeira do Funcho	Esta albufeira localiza-se imediatamente a jusante da albufeira do Funcho
FUNCHO	Silves Lagoa Albufeira Portimão Loulé	Silves Lagoa Portimão	-	Os 15% de disponibilidades permitem transferir para a albufeira do Arade 3 x 10 ⁶ m ³ para rega e garantir apenas 3 x 10 ⁶ m ³ para abastecimento de água às populações. As restantes necessidades são supridas pelos furos de Vale da Vila e a reactivação de furos de reserva nos concelhos dominados pelo sistema de abastecimento de água às populações	Foi accionado o plano de contingência. O recurso ao aquífero Querença-Silves está limitado às captações existentes. As águas do Algarve estudam as soluções operacionais para utilizar a água do Funcho
ODELEITE BELICHE	Alcoutim V.R.S. António Tavira, Olhão, Faro, Loulé S. Brás de Alportel	Tavira Castro Marim V.R.S. António Olhão	Turismo	Os 47% e os 35% de disponibilidades das albufeiras de Odeleite e Beliche, respectivamente, permitem a normalidade da rega e do abastecimento às populações em 2005 devendo ser reavaliada a situação para 2006	As duas albufeiras funcionam interligadas por um túnel
FONTE SERNE	-	Santiago do Cacém	-	Os 42% de disponibilidades requerem a adopção de restrições de poupança na rega	
CAMPILHAS	-	Santiago do Cacém Odemira	-	Os 28% de disponibilidades implicam restrições na campanha de rega e uso eficiente da água	
LUCEFECIT	-	Alandroal	-	Os 40% de disponibilidades implicam restrições e uso eficiente de água na rega	Possibilidade de estudar uma adução de recurso a partir da albufeira de Alqueva
ALQUEVA	-	Elvas, Vila Viçosa, Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Évora, Portel, Mourão, Moura, Portel, Vidigueira, Serpa	Produção de energia eléctrica	Os 71% de disponibilidades permitem satisfazer os usos de produção de energia eléctrica e rega existentes	
PEGO DO ALTAR VALE DO GAIO	-	Alcácer do Sal	Produção de energia eléctrica	Os 49% do Pego do Altar e 20% de Vale do Gaio de disponibilidades implicam restrições e uso eficiente da água e a eventual transferência de água de 1 x 10 ⁶ m ³ a partir da albufeira do Alvito passando pela de Odivelas e leito do rio Sado	
ROXO	Beja Aljustrel	Aljustrel Ferreira do Alentejo Santiago do Cacém	Indústria	Os 22% de disponibilidades apenas permitem garantir o abastecimento para 2 anos, a rega de culturas permanentes e a indústria e exigem vigilância especial da qualidade da água	Interdição de armazenamento a montante da albufeira
MONTE NOVO	Évora	-	-	Os 62% de disponibilidades garantem o abastecimento de água às populações	
BRAVURA	Lagos Portimão	Lagos Portimão Vila do Bispo	Produção de energia eléctrica Turismo	Os 61% de disponibilidades garantem a normalidade dos serviços de abastecimento às populações e rega	

ORIGEM DE ÁGUA ----- ALBUFEIRA	ABASTECIMENTO AS POPULAÇÕES ----- CONCELHO	ZONAS DE REGA ----- CONCELHO	OUTRAS UTILIZAÇÕES	DISPONIBILIDADES E MEDIDAS DE COMPATIBILIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MONTE GATO	-	Ourique	-	Os 63% de disponibilidades garantem a normalidade dos serviços de abastecimento para rega	
MONTE MIGUÉIS	-	Ourique	-	Os 61% de disponibilidades garantem a normalidade dos serviços de abastecimento para rega	
ODIVELAS	-	Ferreira do Aletejo Grândola Alcácer do Sal	-	Os 60% de disponibilidades com o reforço de $10 \times 10^6 \text{ m}^3$ a partir do Alvito garantem a normalidade dos serviços de abastecimento à rega	
MARANHÃO MONTARGIL	-	Ponte de Sôr, Avis, Mora, Coruche, Benavente, Salvaterra de Magos	Montargil: Produção de energia eléctrica integrada no sistema de rega	Os 65% e os 85% de disponibilidades nas albufeiras do Maranhão e Montargil, respectivamente, garantem a normalidade do serviço de abastecimento de água à rega	
APARTADURA	Portalegre Marvão Castelo de Vide	Castelo de Vide Marvão	Turismo	Os 81% de disponibilidades garantem os serviços de abastecimento de água previstos com normalidade	
PÓVOA E MEADAS	Nisa	-	Produção de energia eléctrica	Os 21% de disponibilidades impõem restrições à produção de energia e atenção especial à qualidade da água	
PRACANA (Vila Velha de Ródão e Mação)	-	-	Produção de energia eléctrica	Os 50% de disponibilidades são para usos não consumptivos. Eventual uso para suprir caudais no leito do rio Tejo para arrefecimento da Central do Pego	
MARATECA	Castelo Branco	-	-	Os 81% de disponibilidades garantem a normalidade do serviço de abastecimento de água às populações	
MORGAVEL	Sines	-	Indústria	Os 68% de disponibilidades garantem a normalidade do serviço de abastecimento de água à indústria e às populações	

Medidas e gestão e operacionais

Na sequência das propostas da CGA foi aprovada a medida para a solução para a gestão da situação de seca consubstanciada na criação da Comissão para a Seca 2005 (RCM nº 83/2005 de 19 de Abril), com a missão de:

- ▶ Executar o Programa de Acompanhamento e Mitigação dos Efeitos da Seca 2005;
- ▶ Criação de mecanismos específicos de acompanhamento da evolução da situação, através da Comissão para a Seca 2005;
- ▶ Definição e coordenação das medidas de emergência que venham a ser consideradas necessárias.

Estas medidas são adequadas à severidade e duração da seca que afecta cada região, segundo níveis de intervenção:

- Nível 1: atitude proactiva de prevenção
- Nível 2: "alerta de seca", prevê o desencadeamento de medidas voluntárias
- Nível 3: impõe medidas restritivas de alguns usos de água
- Nível 4: impõe a adopção de medidas de carácter excepcional

Da acção da Comissão para a seca resultaram as seguintes medidas operacionais:

- ▶ Apoio técnico para execução de furos para captação água subterrânea;
- ▶ Campanha de Sensibilização;
- ▶ Adaptação de consumos conforme disponibilidade;
- ▶ Remoção de Biomassa
- ▶ Operações de abastecimento de água;
- ▶ Legislação que aprova regimes excepcionais e transitórios decorrentes da situação de seca:
 - **Decreto-Lei n.º 131/2005** – atribuição de licença para a pesquisa e captação de águas subterrâneas e para a instalação de novas captações de águas superficiais destinadas ao abastecimento público;
 - **Decreto-Lei n.º 132/2005** – contratação de empreitadas de obras públicas, fornecimento de bens e aquisição de serviços;
 - **Decreto-Lei n.º 133/2005** – licenciamento da actividade das entidades que operam no sector da pesquisa, captação e montagem de equipamentos de extracção de água subterrânea.
- ▶ Legislação aplicável ao sector agrícola:
 - **Portaria n.º 457/2005** – no âmbito do regime de apoio à reconversão e reestruturação da vinha;
 - **Despacho Normativo n.º10/2005** – concedida uma subvenção financeira a fundo perdido aos produtores pecuários cujas explorações agrícolas se situassem nas zonas afectadas pela seca;
 - **Decreto-lei n.º94/2005** – Decreto-lei n.º95/2005 e Decreto-lei n.º96/2005 – criam diversas linhas de crédito para financiamento de vários sectores;
 - **Portaria n.º559/2005** – determina as culturas e regiões abrangidas pela linha de crédito referida no DL n.º 96/2005;
 - **Decreto-lei n.º115/2005** – dispensa, por um período de seis meses, do pagamento da taxa contributiva da segurança social, os produtores agrícolas e respectivos cônjuges abrangidos pelo regime de segurança social;
 - **Despacho n.º13921/2005** – a parte não utilizada dos direitos ao prémio por ovelha e cabra e por vaca em aleitamento, no ano de 2005, não reverte para a reserva nacional.
- ▶ Acompanhamento do aumento de restrições a nível de abastecimento, que era de 2635 pessoas em Maio, sendo em início de Setembro de 98 975 pessoas afectadas;
- ▶ Decidida a criação da subcomissão na reunião de 19 de Agosto presidida pelo Secretário de Estado do Ambiente. Estiveram presentes GAMAL, INAG, IDRHa, CCDR Algarve e AdP. Foram ainda convidadas para integrar a subcomissão a DRAAlgarve e SNBPC.
- ▶ O INAG encomenda ao consórcio Prosistemas/Procesl que elaborou o PBHRAlgarve um Estudo Preliminar Relativo à Mitigação dos efeitos da Seca na Região do Algarve, que inclui:
 - Recolha, Análise e Tratamento da Informação Disponível
 - Estimativa das Disponibilidades de Água

- Estimativa das Necessidades de Água a Curto e Médio Prazo, com ou sem Restrições
- Principais Sistemas de Abastecimento Existentes, Respectivas Disponibilidades e Necessidades
- Balanço das Necessidades/Disponibilidades Globais e por Zona/Sistema
- Medidas e Intervenções Visando a Resolução das Carências a Curto Prazo
- Novas Origens e Acções Complementares Visando o Reforço do Abastecimento a Médio Prazo

De âmbito sectorial

Abastecimento urbano

A situação de Seca foi integrada nas acções de gestão corrente dos Municípios razão pela qual o abastecimento para consumo foi garantido quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos. O esgotamento de furos, reduções nos períodos de abastecimento ou a necessidade de abastecimento por vias alternativas (autotanques) afectou assim reduzidas percentagens da população, graças a um acrescido esforço desenvolvido pelas Autarquias.

Os Municípios adoptaram medidas voluntárias para combate e mitigação dos efeitos da Seca, tais como, acções de sensibilização para poupança de água envolvendo escolas, igreja, associações locais, comunicação social, reforço do sistema de análises e tratamento da qualidade da água para consumo humano, abertura de novos furos, colocação de torneiras redutoras de consumo, inventariação de captações subterrâneas, encerramento de fontanários e de piscinas municipais, inventariação e caracterização de origens de água particulares susceptíveis de complementar as origens dos sistemas públicos, melhoria da eficiência dos sistemas de abastecimento público com reparação de fugas, instalação de contadores e aumento da vigilância dos sistemas, redução de regas de jardins públicos e similares, reforço de fiscalização da lavagem de viaturas na via pública, reforço da fiscalização de captações particulares ilegais, renovação de condutas para redução de perdas, reutilização de águas para usos compatíveis

De seguida apresenta-se a tabela referente aos apoios técnicos prestado

Tabela 6 – Apoio técnico prestado

Autarquia	Data de Pedido	Tipo de apoio solicitado	Tipo de apoio prestado	Entidade que presta o apoio	Ponto de situação do apoio
Monchique	23/2/05	Apoio Técnico: Dois furos para reforço do abastecimento a Monchique e Marmeleite	Indicação do local para efectuar 2 furos de pesquisa	CCDR Algarve	O apoio foi dado em Junho 2005
Aljezur	19/4/05	Utilização do furo efectuado pela CCDR Algarve em 1996	Autorização da utilização pretendida	CCDR Algarve	O apoio foi dado em Junho 2005
	30/6/05 (pedido informal)	Apoio Técnico: Preparação do caderno de encargos e marcação de dois furos	Ajuda na execução do caderno de encargos e marcação de 2 furos	CCDR Algarve	Apoio dado em 29 de Julho
Loulé	27/6/05 (pedido informal)	Apoio Técnico: novo furo em Salir	Indicação do local do novo furo de pesquisa	CCDR Algarve	O apoio foi dado em Julho 2005
Serpa	Março/05	Técnico/Financeiro	Furos em curso	INAG	Terminada a campanha de captações de reforço ao concelho em Julho 2005
Alcácer do Sal	Abril/05	Técnico/Financeiro	Definidas localizações de furos de pesquisa e reforço ao abastecimento	INAG	Aguarda-se que a entidade adjudique os trabalhos
Alandroal	Junho/05	Técnico/Financeiro	Elaboração de um programa de trabalhos e determinar a necessidade de abertura de novos furos	INAG	Aguarda-se que a entidade adjudique os trabalhos
Ferreira do Alentejo	Junho/05	Técnico/Financeiro	Definidas as localizações de furos de pesquisa e reforço a Ferreira do Alentejo e Odivelas	INAG	Aguarda-se que a entidade adjudique os trabalhos
Mértola	-	Técnico/Financeiro	Acompanhamento da execução dos furos	INAG	Definidos novos locais de pesquisa, cujo acompanhamento da execução dos furos está assegurado e a decorrer
Montemor-o-Novo	-	Apoio na preparação do caderno de encargos	Ajuda na execução do caderno de encargos para abertura de furos	INAG	Executados parte dos furos; falta realizar ensaio final de caudal
Arraiolos	-	Técnico	Acompanhamento da execução dos furos	INAG	Apoio na execução de furos. Apoio dado em Agosto
Anadia	05.06.24	Informação para exploração de furo desactivado	Análise de relatório e recolha de informação	CCDR Centro	Apoio dado em Julho 2005
Mealhada	05.05.02	Marcação de locais para furos	Acompanhamento da execução dos furos	CCDR Centro	Apoio dado em Julho 2005
Montemor-o-Velho	05.06.16	Marcação de locais para furos	Acompanhamento da execução dos furos	CCDR Centro	Apoio dado em Julho 2005
Miranda do Corvo	05.06.08	Marcação de locais para furos	Acompanhamento da execução dos furos	CCDR Centro	Apoio dado em Julho 2005
Sertã	Agosto/05	Execução de novo furo	Análise de relatório e recolha de informação	CCDR Centro	Apoio dado em Setembro 2005
Águeda	Agosto/05	Apoio técnico	Ida ao local		
Góis	-	Garantia de caudais ecológicos e abertura de furos	Pedidos à CPPE os caudais a garantir. Foi prestado o apoio técnico	INAG CCDR Centro	O apoio já foi dado

Autarquia	Data de Pedido	Tipo de apoio solicitado	Tipo de apoio prestado	Entidade que presta o apoio	Ponto de situação do apoio
Sabrosa	Maio/05	Marcação de locais para furos e possíveis alternativas de reforço de abastecimento para algumas freguesias – especialmente a Sul concelho.	Contactos com os Concelhos de Vila Real e Alijó para eventual disponibilidade de água para reforço dos sistemas pontuais (transporte por autotanque)	CCDR Norte	A autarquia encontra-se presentemente a fazer pesquisas; caso resulte, a situação fica ultrapassada; caso contrário, o apoio técnico será dado pela CCDR
Oliveira de Azeméis	Maio/05	Pesquisas de origens para abastecimento da zona Sul do Concelho	A autarquia ultrapassou a questão	-	A autarquia encontra-se presentemente a resolver a questão
Bragança	Fev./05	Apoio para marcação de furos e soluções técnicas para melhorar as captações desactivadas	Dado o apoio técnico solicitado, nomeadamente no reforço da ligação de Veiguihas ao sistema adutor da cidade	CCDR Norte	As intervenções estão em curso e em fase conclusão
Vila Flôr Carrazeda de Ansiães	Maio/05	Apoio na definição de soluções de reforço de caudal às duas autarquias	Antecipar o aproveitamento de volumes armazenados na ensecadeira de Valtorno (Vila Flôr) para reforço de aldeias das 2 autarquias	CCDR Norte INAG	A solução preconizada ficará a funcionar em meados de Julho
Barlavento Algarvio (Vila do Bispo, Silves, Portimão, Lagoa, Lagos e Albufeira)	Junho/05	Apoio Técnico e Financeiro	Origens alternativas de água que permitam reduzir as extracções do aquífero Querença-Silves	CCDR Algarve, Aguas do Algarve, IRAR, Autoridades de Saúde	Soluções em fase de implementação
Penedono	17/03/2005	Apoio técnico para a abertura de furos e apoio financeiro para a construção de adutoras	Acompanhamento da execução de furos. Apoio à candidatura ao POR	CCDR Norte	O apoio já foi dado
Mesão Frio	15/03/2005	Apoio Financeiro	Encaminhamento do pedido	CCDR Norte	Situação resolvida
Baião	22/03/2005	Apoio Técnico e Financeiro para novas captações	Esclarecimentos técnicos	CCDR Norte	Situação resolvida
Vale de Cambra	16/03/2005	Apoio Técnico e Financeiro para novas captações	Acompanhamento da execução de furos.	CCDR Centro	O apoio já foi dado
Vinhais	17/03/2005	Construção de reservatórios	Foi prestado o apoio técnico	INAG CCDR Norte	O apoio já foi dado

Relativamente ao Apoio financeiro, a despesa prevista pelos Municípios e envolvida na mitigação dos efeitos da Seca e para a qual foi solicitado apoio financeiro da Administração Central ascende a cerca de 6,0 milhões de euros, dos quais cerca de 2,4 milhões foram comunicados nas últimas semanas.

Esta despesa representa apenas o custo financeiro directamente envolvido na resolução imediata do fornecimento de água e na garantia da sua qualidade para consumo humano.

O montante total envolvido, os 6,0 milhões de euros referidos, corresponde a despesas relativas a 26 Municípios localizando-se metade destes na zona de jurisdição da CCDR-Alentejo, havendo contudo solicitação de todas as regiões.

O apoio financeiro a prestar pela Administração Central (via INAG e/ou CCDR's) através de Contratos-Programa foi analisado relativamente a 16 Municípios, estando os últimos 10 em fase de apreciação.

Foram autorizados os Contratos-programa com as Autarquias de Bragança, Arouca e Vale de Cambra.

Por indisponibilidades financeiras dos diversos organismos da Administração Central ainda não foi possível a concretização de outros apoios.

Tabela 7 – Propostas de Acordos de Colaboração a celebrar entre o MAOTDR e os Municípios, no âmbito da Seca 2005

CCDR's	MUNICIPIOS	INVESTIMENTO GLOBAL PREVISTO	COMPARTICIPAÇÃO DO ESTADO				MUNICIPIOS		PEDIDOS ADICIONAIS	
			INAG	%	CCDR	%	(Rec. Próprios)	%		%
Norte	Arouca	50.000,00	40.000,00	(80%)	0,00	(0%)	10.000,00	(20%)		
	Bragança	427.195,00	106.798,75	(25%)	106.798,75	(25%)	213.597,50	(50%)		
	Vale de Cambra	70.000,00	56.000,00	(80%)	0,00	(0%)	14.000,00	(20%)		
	Sub-Total (Norte)	547.195,00	202.798,75	-	106.798,75	-	237.597,50	-		
Centro	Carregal do Sal	24.188,00	6.047,00	(25%)	6.047,00	(25%)	12.094,00	(50%)		
	Miranda do Corvo	45.000,00	11.250,00	(25%)	11.250,00	(25%)	22.500,00	(50%)	368.034,00	
	Sub-Total (Centro)	69.188,00	17.297,00	-	17.297,00	-	34.594,00	-		
Alentejo	Alandroal	46.597,10	11.649,28	(25%)	11.649,28	(25%)	23.298,55	(50%)		
	Alcácer do Sal	280.000,00	70.000,00	(25%)	70.000,00	(25%)	140.000,00	(50%)		
	Almodôvar	392.700,00	98.175,00	(25%)	98.175,00	(25%)	196.350,00	(50%)		
	Arraiolos	118.200,00	29.550,00	(25%)	29.550,00	(25%)	59.100,00	(50%)		
	Beja	281.600,00	70.400,00	(25%)	70.400,00	(25%)	140.800,00	(50%)		
	Castro Verde	75.000,00	18.750,00	(25%)	18.750,00	(25%)	37.500,00	(50%)		
	Mértola	596.500,00	149.125,00	(25%)	149.125,00	(25%)	298.250,00	(50%)	674.000,00	
	Moura	60.011,00	15.002,75	(25%)	15.002,75	(25%)	30.005,50	(50%)		
	Odemira	334.023,00	83.505,75	(25%)	83.505,75	(25%)	167.011,50	(50%)		
	Ourique	120.000,00	30.000,00	(25%)	30.000,00	(25%)	60.000,00	(50%)		
	Serpa	108.000,00	27.000,00	(25%)	27.000,00	(25%)	54.000,00	(50%)	290.000,00	
Sub-Total (Alentejo)	2.412.631,10	603.157,78	-	603.157,78	-	1.206.315,55	-			
Totais	-	3.029.014,10	823.253,53	-	727.253,53	-	1.478.507,05	-		
Total do Investimento Global Previsto		3.029.014,10								3.611.548,10
Total da Participação do Estado			1.550.507,05							
Total da Participação dos Municípios						1.478.507,05				

Tabela 8 – Pedidos de Apoio Financeiro ainda não analisados pelos Serviços, no âmbito da Seca 2005

CCDR's	MUNICÍPIOS	INVESTIMENTO GLOBAL	COMPARTICIPAÇÃO DO ESTADO				MUNICÍPIOS		PEDIDOS ADICIONAIS	
		PREVISTO	IIAG	%	CCDR	%	(Rec. Próprios)	%		%
Ilorte	Tarouca	49.183,86	0,00		0,00		0,00			
	Penedono	1.366.268,43	0,00		0,00		0,00			
	Sub-Total (Ilorte)	1.415.452,09	0,00	-	0,00	-	0,00	-		
Centro	Sever do Vouga	77.432,94	0,00		0,00		0,00			
	Penalva do Castelo	0,00	0,00		0,00		0,00			
	Celourica da Beira	9.520,07	0,00		0,00		0,00			
	Sub-Total (Centro)	86.953,01	0,00	-	0,00	-	0,00	-		
Lisboa e Vale do Tejo	Caldas da Rainha	223.995,00	0,00		0,00		0,00			
	Porto de Mós	263.837,78	0,00		0,00		0,00			
	Sub-Total (Centro)	487.832,78	0,00	-	0,00	-	0,00	-		
Alentejo	Montemor o Novo	146.000,00	0,00		0,00		0,00			
	Estremoz	0,00	0,00		0,00		0,00			
	Sub-Total (Alentejo)	146.000,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-		
Algarve	Monchique	270.000,00	0,00		0,00		0,00			
	Sub-Total (Centro)	270.000,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-		
Totais	-	2.406.237,88	0,00	-	0,00	-	0,00	-		
Total do Investimento Global Previsto		2.406.237,88								
Total da Participação do Estado			0,00							
Total da Participação dos Municípios							0,00			
Total dos dois quadros		6.017.785,98								

Relativamente à qualidade da água para consumo humano, desde muito cedo procurou avaliar os efeitos de uma possível situação de seca no abastecimento público de água em Portugal. Face às condições meteorológicas anormais, indicadoras de uma possível situação de seca, em Janeiro de 2004 foram estabelecidos os primeiros contactos com as entidades gestoras do Continente, na procura de uma caracterização da situação existente na altura, bem como dos possíveis efeitos a curto, médio e longo prazo. Na sequência da informação recolhida, foi feito um primeiro alerta, quer quanto às quantidades de água disponíveis, quer quanto à qualidade da água distribuída às populações.

Desde então, o IRAR continuou a desenvolver esforços no sentido de acompanhar devidamente a situação, nomeadamente através do aconselhamento às entidades gestoras, com vista à minimização da potencial degradação da qualidade da água distribuída e consequentes riscos para a saúde pública

No âmbito do acompanhamento da situação de seca, tomaram-se várias medidas, nomeadamente:

- ▶ Visitas técnicas ao sistema de abastecimento de água ao Barlavento Algarvio, de forma a avaliar as carências de água na albufeira do Funcho e eventuais consequências a nível da qualidade. Foram igualmente realizadas reuniões com as CM de Albufeira e Portimão, no sentido de avaliar os possíveis efeitos, em ambos os concelhos, de problemas de quantidade e qualidade nesta reserva de água.
- ▶ Análise dos dados da quantidade e da qualidade da água das reservas

hídricas disponíveis por forma a avaliar a evolução da situação face às condições meteorológicas excepcionais.

- ▶ Elaboração de um questionário e contacto, via telefone, com as entidades gestoras para avaliação da situação, bem como dos possíveis efeitos a curto, médio e longo prazo. Numa primeira fase foram contactadas as entidades gestoras que abasteciam mais do que 25 000 habitantes e geriam sistemas de abastecimento completos, isto é, que não adquiriam água a entidades gestoras em alta (63 entidades gestoras). Na sequência da análise dos resultados do questionário referido anteriormente, considerou-se necessário alargar o âmbito do inquérito a todas as entidades gestoras com sistemas de abastecimento completos (183 entidades gestoras).
- ▶ Face à informação recolhida, foram identificadas as entidades gestoras críticas, tendo sido realizadas reuniões com as mesmas na procura de informação referente aos possíveis impactos na qualidade da água distribuída, com o objectivo de acompanhar e ajudar à implementação das medidas mitigadoras por parte destas entidades.
- ▶ Elaboração de relatório de avaliação do impacto das condições climatéricas no abastecimento de água em Portugal, com base na informação recolhida pelos questionários anteriores e nas diversas reuniões realizadas junto das entidades gestoras consideradas críticas.
- ▶ Envio a todas as entidades gestoras do relatório atrás referido, com o objectivo de alertar para o impacto da seca no abastecimento público de água em Portugal Continental. Igualmente foram elencadas e recomendadas um conjunto de medidas para o uso eficiente da água.
- ▶ No âmbito da Comissão para a Seca 2005, foi elaborado um questionário com recomendações.

Finalmente salienta-se que, sempre que é detectada uma situação de risco para a saúde pública, o IRAR contacta de imediato a entidade gestora responsável e informa sobre os procedimentos a adoptar com vista à minimização dos impactos na qualidade da água distribuída.

Âmbito Regional

Na região Norte, em termos globais pode-se considerar que terá sido a menos afectada pela situação excepcional de seca que o País ainda atravessa.

Do acompanhamento realizado pelo Secretariado Técnico e entidades que o integram, foi possível dispor de um diagnóstico permanente e propor superiormente a implementação de medidas adequadas à gestão das disponibilidades, tendo em conta os usos prioritários.

No que se refere ao Abastecimento de Água, identificaram-se situações críticas em Municípios servidos por pequenas origens pontuais subterrâneas (qualidade e quantidade), e também em sistemas municipais dependentes de pequenas

albufeiras (Nordeste Transmontano), com especial relevo naquelas em que se tornava necessário conciliar as necessidades de rega com os consumos públicos, e nas de reduzida capacidade de armazenamento.

Apesar de se ter registado um relativo agravamento progressivo da qualidade da água nas origens, a monitorização efectuada nas estações da rede incidu nos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, tendo sido ainda reforçada a vigilância nas captações mais susceptíveis de eutrofização.

Para esse efeito, foi identificado um conjunto de origens superficiais onde se procedeu à quantificação dos valores de clorofila e fitoplancton, com o objectivo avaliar da presença de cianobactérias e microcistinas. Neste campo não foi detectada qualquer situação de risco.

Quanto às medidas adoptadas, sublinha-se o apoio técnico prestado, entre outros, aos Municípios de Bragança, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Arouca e Vale de Cambra, estes últimos particularmente afectados pelos incêndios, que provocaram a inoperância de múltiplas infra-estruturas.

Algumas Autarquias resolveram ou remediaram os problemas através dos seus próprios meios, com recurso a campanhas intensivas de poupança e redução dos períodos de abastecimento, tendo igualmente procedido por sua iniciativa à abertura e pesquisa de novas origens, designadamente furos verticais.

Como se constata do conteúdo dos relatórios quinzenais, a situação na Região Norte só não afectou mais população dada a contribuição dos Sistemas Multimunicipais em alta do Grande Porto (Águas do Douro e Paiva e Águas do Cávado), que asseguram praticamente os consumos de mais de 70% dos efectivos demográficos da Região.

Relevo ainda para o acompanhamento e monitorização da evolução das reservas disponíveis nas albufeiras do Nordeste Transmontano, em articulação com a ATMAD, justamente as mais vulneráveis aos períodos de seca e estiagem prolongada.

Relativamente ao apoio financeiro, foi concedido aos Municípios de Bragança, Vale de Cambra e Arouca, mediante acordos de colaboração celebrados com o INAG e CCDR-Norte, viram apoiados os trabalhos de reparação e construção de novas origens de reforço de caudal, envolvendo um financiamento de aproximadamente 270.000 Euros de PIDDAC.

Na região Centro, foram atendidos todos os pedidos de intervenção e/ou apoio técnico solicitados quer por particulares quer por câmaras municipais (CM). Estas foram as seguintes: Águeda, Almeida, Anadia, Aveiro, Batalha, Carregal do Sal, Castro Daire, Góis, Lousã, Mealhada, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Porto de Mós, Sertã, Soure e Vouzela.

Tal como previsto na resolução do Conselho de Ministros que cria a “Comissão para a Seca 2005” foi feito um acompanhamento permanente dos níveis piezométricos de cinco pontos de medição localizados em aquíferos que apresentam problemas de deficit hídrico devido à seca.

De igual modo tem-se procedido ao acompanhamento da qualidade da água superficial em diversas albufeiras (Aguieira, Fagilde, Louçainha-Alfusqueiro, Penha Garcia, Cabril, Corgas, Castelo de Bode-Fundeiro, Sta. Maria de Aguiar, Caldeirão, Meimoa, Capinha e Sabugal). Em alguns casos este acompanhamento tem sido feito com a colaboração das entidades gestoras de sistemas de abastecimento público de água.

O Decreto-Lei n.º 131/2005 que estabelece um regime excepcional e transitório de atribuição de licença para a pesquisa e captação de águas subterrâneas e para a instalação de novas captações de águas superficiais destinadas ao abastecimento público agilizou o processo de licenciamento. Com base neste D.L. licenciaram-se (ou estão em vias de licenciamento) captações localizadas nos concelhos de Sertã, Montemor-o-Velho, Porto de Mós e Miranda do Corvo.

Devido ao rebaixamento acentuado observado no sistema aquífero do Cretácico de Aveiro foi determinada a proibição temporária de emissão de licenças para a execução de novas captações de águas subterrâneas, excepto as destinadas ao abastecimento para consumo humano. Neste âmbito, foi também imposta às indústrias localizadas nos concelhos que abrangem este aquífero a obrigatoriedade da instalação de contadores e o envio mensal dos volumes de água captados.

Em caso de persistência da seca a proibição acima mencionada poderá também ser imposta às captações nos aquíferos de Leirosa-Monte Real e Vieira de Leiria-Marinha Grande.

Relativamente à captação de águas superficiais têm sido impostas restrições nas licenças de captações (novas ou já existentes) para fins que não se destinem ao abastecimento público, sobretudo nos cursos de água onde se verificaram caudais muito reduzidos.

No que concerne à campanha de sensibilização para a situação de seca, além da divulgação que foi feita do material disponibilizado para este efeito, vai ser promovida uma sessão técnica sobre a gestão integrada de recursos hídricos no Vouga Litoral, onde se abordará, entre outras, a questão do aumento de custos sectoriais decorrentes da seca naquela área geográfica.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, na sequência da implementação do Programa Seca 2005, a CCDR-LVT reforçou a monitorização em quatro captações de águas superficiais destinadas ao abastecimento humano (Valada – rio Tejo; Alb. Castelo de Bode; Alb. Negrelinho – Abrantes; Alb. S. Domingos – Peniche), por serem consideradas aquelas onde eventuais alterações na qualidade da água teriam maior influencia na vida das populações. Assim, a partir do mês de Abril a frequência de amostragem nestes locais passou de mensal para quinzenal, relativamente a um

conjunto seleccionado de parâmetros. Além destes resultados, oportunamente divulgados nos relatórios quinzenais, foi também redobrada a atenção sobre a análise do fitoplâncton, de modo a detectar o eventual desenvolvimento de algas e consequente eutrofização das águas. Nota-se que, à excepção de Valada, todas as outras captações são em albufeiras e portanto sujeitas a um maior risco.

Para efeitos do programa de reforço o acompanhamento da evolução do nível nos aquíferos em quatro locais seleccionados, nos sistemas aquíferos da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Assim, a partir do mês de Abril a frequência de amostragem passou de mensal para quinzenal nas estações de Catapereiro (Benavente) - 418/4, Casal Ramos (Torres Novas) - 329/21, Monte Silvas 01 (Montijo) - 420/8 e Monte Silvas 02 (Montijo) - 420/9.

Para efeito de acompanhamento da seca, foi implementada uma rotina suplementar de monitorização quinzenal da qualidade da água de um conjunto de origens de água para abastecimento público, seleccionado pelas CCDRs, com base na importância e no historial de qualidade das origens (mapa anexo) que possibilitaria por analogia identificar tendências na evolução dos parâmetros de qualidade exclusivas da situação de seca.

De Janeiro a Setembro de 2005 verificou-se um aumento global de emissão de licenças de pesquisa e eventual captação de águas subterrâneas. Foram licenciadas pela CCDR-LVT 1504 novas captações correspondendo a um aumento de 80,3 % em relação ao período homólogo de 2004.

Os concelhos onde foi registado um incremento mais elevado do número de captação foram Torres Novas, Tomar, Benavente, Coruche, Santarém e Rio Maior com taxas de variação de 181% a 445%, respectivamente

Na região Sul destaca-se negativamente pela evolução dos recursos hídricos subterrâneos no Algarve, ao longo do último ano hidrológico é caracterizada por uma descida dos níveis piezométricos, verificando-se durante o semestre húmido, apenas um ligeira subida destes ou a sua estabilização, pelo que não houve recarga, na maioria dos sistemas aquíferos. No semestre seco as descidas foram significativas, nomeadamente no Barlavento, onde o sistema aquífero Querença – Silves apresenta actualmente uma situação bastante desfavorável.

Face ao cenário de seca uma das primeiras medidas tomadas foi o reforço da monitorização dos aquíferos, com especial destaque para os aquíferos do litoral, dada a sua sensibilidade a fenómenos de intrusão salina em situações de rebaixamento excessivo, e o aquífero de Querença-Silves, pela sua importância como principal reserva de água subterrânea e pela risco da sua salinização na zona de descarga – Fontes de Estombar.

Perante o cenário de seca a CCDR Algarve decidiu, em Janeiro, suspender o licenciamento de novas captações de águas subterrâneas no Querença-Silves, para rega.

A fim de diminuir as extracções de água neste sistema, no início de Julho, os caudais captados nas captações explorados pelas Águas do Algarve foram reduzidos para metade, sendo substituídos pela entrada em funcionamento de captações municipais situadas noutros sistemas aquíferos, que se encontram em melhor situação quantitativa, apesar de alguns deles apresentarem problemas de qualidade, nomeadamente concentrações elevadas de cloretos. Este processo inicialmente aplicado apenas ao Barlavento, foi alargado ao Sotavento com vista a preservar as origens superficiais de Odeleite-Beliche.

Com a reactivação das captações de água subterrânea municipais e por forma a poder fazer frente ao prolongamento do período de seca foi decidido, em Julho, alargar a suspensão do licenciamento de novas captações a outros aquíferos utilizados como origens de água para o abastecimento público.

Face ao agravamento da situação do aquífero Querença-Silves foi decidido, no início de Agosto, promover a redução das extracções de água nas captações existentes, tendo-se recorrido, para o efeito, à publicação de um edital com um conjunto de recomendações. Foram igualmente reforçadas as acções de fiscalização das captações de água subterrânea e da abertura de novos furos, com o envolvimento do corpo de fiscalização da CCDR Algarve e das equipas do SEPNA.

Dadas as dificuldades técnicas na avaliação dos recursos subterrâneas e a particular vulnerabilidade do aquífero Querença-Silves, foi solicitada a colaboração de alguns especialistas nacionais em hidrogeologia, para, em complemento dos trabalhos desenvolvidos pelo INAG e pela CCDR Algarve, apresentarem a sua visão relativa ao estado do aquífero e sua previsível evolução e propostas relativas a possíveis medidas a adoptar para a sua protecção.

Nos recursos hídricos superficiais, o programa de monitorização da qualidade da água, nas albufeiras do Algarve foi intensificado a partir do mês de Março, passando a sua frequência a ser quinzenal.

Ao longo do período em que tem vindo a ser intensificado o plano de monitorização, relativamente à evolução da qualidade da água das albufeiras, há a referir o seguinte: aumento da conductividade em algumas das albufeiras (Bravura, Arade, Funcho, Beliche e Odeleite) e um aumento de Sólidos Suspensos Totais no Arade e Funcho.

Como medidas de poupança da água, além das campanhas a nível nacional, no Algarve foi promovida uma campanha específica, envolvendo a Águas do Algarve S.A, CCDR e a Grande Junta Metropolitana do Algarve (AMAL) que por diversos meios e suportes visam a poupança de água. De salientar que foi dada especial atenção ao sector do turismo com a edição de um *flyer* específico cuja divulgação e

distribuição contou com o envolvimento da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA).

As autarquias do Algarve mobilizaram-se, no âmbito da AMAL, na definição de medidas de poupança de água no abastecimento urbano, conforme se pode verificar pelo excerto de uma das suas notas de imprensa:

...

A Junta Metropolitana do Algarve, reunida hoje, deliberou por unanimidade, tomar mais medidas de combate à seca, reforçando a poupança de água.

Assim, na continuidade do que se havia acordado anteriormente, entende-se desde já o seguinte.

I. Medidas de carácter imediato:

- *Encerrar nos próximos dias as piscinas municipais dado o seu elevado consumo diário de água. As datas de reabertura serão apreciadas no final do Verão, em função das circunstâncias hidrológicas da região.*
- *Fechar bicas, fontanários, repuxos não recicláveis, lavadouros, chuveiros de praias e outras torneiras públicas não essenciais.*
- *Reduzir ao mínimo vital a rega dos jardins públicos.*
- *Suspender as lavagens das ruas.*
- *Reutilizar as águas das estações de tratamento de esgotos, sempre que tal seja sanitariamente aceitável.*
- *Combater as roturas, perdas e outras desperdícios,*
- *Accionar os furos de água subterrâneos onde tal seja possível.*
- *Preparar estudos para se evitem tendências para o desperdício, onde a água tem preços muito reduzidos, abaixo dos seus encargos reais.*

II. Apelo aos agentes privados

Realçamos a necessidade de todos os consumidores domésticos, agentes económicos da hotelaria e da agricultura e outros, se empenharem activamente na redução dos consumos. Como a origem de água é a mesma (5 barragens na serra) se não houver uma atitude solidária de todos, o esforço de alguns pode ser comprometido pela falta de rigor de outros.

...

relativamente aos Sectores económicos, as iniciativas foram essencialmente dirigidas para os sectores da agricultura e do turismo, por constituírem, conjuntamente com o abastecimento público, os principais utilizadores da água na região do Algarve.

A CCDR promoveu diversas reuniões com associações e grupos empresariais do sector do turismo com vista à informação sobre a situação de seca e, principalmente, à sensibilização para a necessidade imperiosa de serem adoptadas medidas de poupança de água, tendo sido distribuída uma matriz para recolha de informação sobre a sua implementação, tendo sido obtido elementos de 15 empreendimentos.

Relativamente à agricultura, além do trabalho desenvolvido pela Direcção Regional de Agricultura do Algarve, foram promovidas algumas acções de sensibilização

conjuntas com a CCDR, visando a informação e sensibilização dos agricultores relativamente à problemática da seca e à necessidade de poupança de água. Foi dada particular atenção aos agricultores da zona do aquífero Querença-Silves.

Protecção civil e incêndios florestais

A nível distrital, os Centros Distritais de Operações de Socorro (CDOS, estruturas descentralizadas do SNBPC) desenvolveram contactos quinzenais com os Serviços Municipais de Protecção Civil e com os corpos de bombeiros no sentido de recolherem informação sobre os impactos da situação de seca, de modo a antever possíveis situações críticas que implicassem um maior envolvimento do Sistema de Protecção Civil. Em paralelo, os CDOS prestaram localmente o apoio técnico solicitado pelos Serviços Municipais de Protecção Civil, tanto para a elaboração de Planos de Contingência, como para a aplicação de medidas de emergência previstas no quadro do Sistema Nacional de Protecção Civil, designadamente a mobilização de meios dos corpos de bombeiros para assegurar o transporte de água ou a mobilização de meios militares para fornecimento de equipamentos de potabilização.

Para além destas acções, a faceta mais visível da actuação do Sistema Nacional de Protecção Civil e do Sistema de Socorro e Luta Contra Incêndios foi a utilização de viaturas auto-tanque das autarquias e dos corpos de bombeiros para apoio ao abastecimento público de água, na maior parte dos casos a aglomerados de pequenas dimensões do interior do país geralmente servidos por origens de água subterrâneas ou não dotados de sistemas públicos de abastecimento. As viaturas auto-tanque realizaram o transporte de água intra e extra-concelhio, reforçando a distribuição de água através do enchimento de reservatórios municipais ou de cisternas de emergência colocadas nas localidades.

A outro nível, é também de notar que o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil esteve envolvido em diversas acções de sensibilização e informação à população, procurando alertar para a necessidade de poupança e uso racional da água. De entre as acções tomadas, destacam-se:

- ▶ utilização do sítio do SNBPC na internet tanto para a divulgação de medidas de sensibilização para a poupança de água, como para a publicitação de campanhas realizadas pelas Câmaras Municipais, entidades gestoras dos sistemas de abastecimento público de água e Comissão para a Seca;
- ▶ distribuição, a nível nacional, de folhetos de sensibilização para a poupança de água, destinados à população em geral e à população em idade escolar;
- ▶ inclusão de mensagens de sensibilização em pacotes de açúcar e respectiva distribuição nacional em estabelecimentos de restauração e similares de todo o país;

- ▶ inserção de mensagens sobre poupança de água nas edições de três jornais diários de expressão nacional ao longo de quatro meses (de Junho a Setembro, inclusive).

A nível municipal, as autarquias (que tutelam os Serviços Municipais de Protecção Civil) desenvolveram os contactos necessários com os agentes de Protecção Civil locais com o intuito de mitigar os efeitos da seca.

A ocorrência dos mais elevados níveis de risco de incêndio registados desde 2000, implicaram uma atenção especial dos organismos competentes no domínio da prevenção, vigilância e combate a incêndios florestais, a qual teve como principal consequência a antecipação, para 15 de Maio, da entrada em funcionamento do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais e da Rede Nacional de Postos de Vigia.

Para além desta medida, também se destacam as seguintes acções:

- criação da Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais, com o objectivo de melhorar a coordenação das tarefas desenvolvidas pelos vários intervenientes, garantindo a existência de uma direcção coesa, eficaz e integrada dos meios de prevenção e combate aos incêndios florestais;
- criação de um diploma que conferiu ao Centro Nacional de Operações de Socorro (CNOS) e aos Centros Distritais de Operações de Socorro (CDOS) competências de comando operacional mais efectivas, através do Comandante Operacional Nacional e dos Comandantes Operacionais Distritais, com o objectivo de agilizar as forças e meios intervenientes nas Operações de Protecção, Socorro e Luta Contra Incêndios.

Para minimizar os efeitos da diminuição dos planos de água das albufeiras foram adequados os concursos para contratação de meios aéreos de combate a incêndios, tendo-se privilegiado a aquisição de aeronaves passíveis também de enchimento em terra, em detrimento das que apenas utilizam planos de água para essa função.

Agricultura

Como consequência das limitações das reservas de água nas albufeiras, foram adoptadas restrições tendo em consideração os consumos previstos para o ano de 2005, estimados com base nos consumos ocorridos em 2004 e nos expectáveis no presente ano, bem como as reservas hídricas existentes nas albufeiras e as prioridades a atender na distribuição da água disponível.

Como resultado da análise efectuada, das restrições adoptadas para este ano e das recomendações divulgadas junto dos beneficiários visando a poupança de água, concluiu-se o seguinte para os principais sistemas de regadios públicos:

- Em treze aproveitamentos hidroagrícolas as utilizações de água foram normais
 - Alto Sado, Alvôr, Baixo Mondego, Caia, Corte Brique, Divôr, Idanha, Macedo de Cavaleiros, Magos, Mira, Monte Gato e Miguéis, Odivelas e Vale do Sorraia;
- Num aproveitamento hidroagrícola a utilizações de água foi normal devido à transferência de água entre albufeiras - Infra-estrutura 12;
- Em sete aproveitamentos hidroagrícolas as utilizações de água só se realizaram com a adopção de restrições à distribuição de água e específicas para cada um deles de modo a assegurar as necessidades dos diferentes utilizadores - Campilhas, Cova da Beira, Fonte Serne, Lucefecit, Minutos, Vale do Sado e Vigia;
- Num aproveitamento hidroagrícola a campanha de rega foi restringida às culturas permanentes, tendo-se recorrido ao reforço dos caudais disponíveis através da captação de águas subterrâneas - Silves, Lagoa e Portimão;
- Num aproveitamento hidroagrícola a campanha de rega esteve impossibilitada, tendo apenas sido fornecida água para abastecimento público, agro-indústria e sobrevivência de uma reduzida área de culturas permanentes - Roxo;
- Num aproveitamento hidroagrícola foram adoptadas medidas de poupança de água durante a campanha de rega, com início no mês de Julho, tendo em conta os consumos registados no ano de 2004, a tendência de crescimento dos consumos registados no 1.º semestre de 2005 e o pressuposto de não se verificar a ocorrência de precipitação significativa nos primeiros meses do Outono na região - Sotavento Algarvio;
- Nos aproveitamentos hidroagrícolas, cujo abastecimento é assegurado através de captações de água de linhas de água ou de água subterrânea as campanhas de rega decorreram com as recomendações e restrições adequadas a cada uma das situações – Benaciate, Burgães e Lezíria de Vila Franca de Xira.

De forma a permitir a redução dos consumos de água, de acordo com cada um dos casos concretos foram adoptadas medidas de poupança de água, nomeadamente com a redução de consumos na rega e recomendado o cultivo de culturas menos consumidoras ou outras de ciclos curtos.

As restrições adoptadas nas áreas de rega com origens em albufeiras situadas a sul do rio Tejo foram objecto de avaliação e decisão pela Comissão de Gestão de Albufeiras, nas sua reunião plenária em 31 de Janeiro de 2005 e, em Sub-Comissão da Região Sul, em 14 de Fevereiro de 2005.

No aproveitamento hidroagrícola do Sotavento Algarvio a partir de 1 de Julho foram introduzidas restrições ao consumo de água para rega, tendo-se ainda sensibilizado os regantes para a necessidade de não haverem desperdícios de água de rega e

solicitado a reactivação das captações de água subterrânea para rega sempre que possível.

Atendendo à situação de seca e aos seus efeitos na produção agrícola de acordo com os dados disponíveis, que serão quantificados no final da campanha, reconheceu-se como podendo ser considerada um caso de força maior, dando assim abertura à aceitação de derrogações no cumprimento de certas condições estabelecidas para as Medidas Agro-Ambientais. Assim, de acordo com as orientações dadas e perante a ocorrência de um caso de força maior, em que um ou mais compromissos agro-ambientais não são temporariamente respeitados, devem ser diferenciadas as duas seguintes situações:

- o beneficiário mantém as condições de acesso e iniciou o cumprimento dos compromissos, antes de se verificar o caso de força maior;
- o beneficiário foi impedido de manter as condições de acesso ou de cumprir os compromissos assumidos, relativamente a parte ou à totalidade da área ou aos animais devido ao caso de força maior.

Na primeira situação o beneficiário conservará o direito à ajuda na campanha, enquanto na segunda situação, relativamente à área, ou aos animais, para que não foi possível manter as condições de acesso ou cumprir os compromissos, não haverá lugar a pagamento, nem a penalização por quebra dos compromissos assumidos.

No âmbito da aplicação da Intervenção “Medidas Agro-Ambientais” foram identificadas, nomeadamente as seguintes situações provocadas pela seca, que justificam derrogações ao cumprimento de certas condições de acesso e/ou compromissos constantes na respectiva regulamentação:

- insuficiência de pastagem e conseqüente alteração ou quebra dos níveis de encabeçamento mínimo nas medidas em que este encabeçamento é obrigatório;
- utilização na alimentação de efectivo pecuário do próprio ou de outrém (a partir de Agosto) de áreas com culturas destinadas à satisfação de outros objectivos;
- redução ou ausência de sementeira de culturas anuais de Primavera/Verão;
- redução ou ausência de plantação de culturas permanentes de sequeiro ou regadio;
- deficiente desenvolvimento vegetativo em culturas anuais ou permanentes;
- impossibilidade de manter os animais.

Os agricultores beneficiários das medidas Agro-Ambientais devem comunicar os seus casos de força maior e as provas a eles referentes, não substituindo esta comunicação o cumprimento de quaisquer outras obrigações relacionadas com alterações aos pedidos de Ajuda ou reduções de áreas e/ou animais que os beneficiários devam comunicar e apresentar, de acordo com as normas do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo.

Durante os anos de 2004 e 2005 as Organizações de Agricultores (OA) recorreram à medida agro-ambiental de Redução da Lixiviação dos Agroquímicos para os Aquíferos, identificados pelo IDRHa, contendo mais de 25 mg/l de nitratos.

Ainda no sector agrícola, foram desencadeadas um conjunto de medidas, nomeadamente:

- ▶ Medida: Aumento de 60% para 80% do adiantamento dos Prémios à vaca aleitante e bovinos machos

Beneficiários: Produtores que se candidataram à Ajuda às Vacas Aleitantes e Bovinos Machos. Abrangeu a totalidade dos produtores nacionais.

Ponto de Situação: Pagamentos de 60% em 27 de Janeiro e 20% em 24 de Março de 2005.

- ▶ Medida: Set-Aside Pastoreio na zona Língua Azul

Descrição: Subvenção financeira a fundo perdido aos produtores de pecuária, destinada a compensar os custos adicionais resultantes da escassez de pastagens em virtude de condições climatéricas adversas, bem como restrições à movimentação animal impostas no âmbito do Plano Nacional de Luta e Erradicação da Febre Catarral Ovina - Língua Azul.

Beneficiários: Produtores de Pecuária

- ▶ Medida: Plano de Contingência Língua Azul

Objectivo: Em virtude do impacto económico e dos elevados custos que se prevêem associados às medidas de índole sanitária. Suporte financeiro dos encargos veterinários previstos no Plano de Contingência da Febre Catarral Ovina - Língua Azul. (pressão que se tem verificado com o movimento dos animais por falta de prados e pastagens dentro da zona de vigilância)

Ponto de Situação: Reforço do orçamento PIDDAC 2005 da DGV, em cerca de 8 MEuros, para fazer face ao plano de testes e de vacinas implementado; Projecto de Decisão em discussão na CE (DG Sanco); Desp. Conj. 624/2005, de 25.Agosto.

- ▶ Medida: Ajuda Nacional aos Produtores Pecuários Extensivos (Língua Azul)

Descrição: Subvenção financeira a fundo perdido aos produtores de pecuária, destinada a compensar os custos adicionais resultantes da escassez de pastagens em virtude de condições climatéricas adversas, bem como restrições à movimentação animal impostas no âmbito do Plano Nacional de Luta e Erradicação da Febre Catarral Ovina.

Intervenção que assumiu carácter de urgência, com vista a evitar perdas complementares e custos acrescidos junto das explorações pecuárias, enquadrável nas orientações comunitárias para os auxílios de Estado no sector agrícola.

Ponto de situação: Ajuda já concedida e objecto de notificação à Comissão Europeia.DN 10/2005;Foram enviados 3600 pedidos de reposição envolvendo 1.2 Meuros.Notificada à CE (enviado pelo GPPAA à DGAC em 15/04/05).A dívida de 1.2 Meuros foi, entretanto, reduzida para cerca de 0.6 MEuros em consequência de anulações, de reduções nos montantes em dívida e de já terem ocorrido reposições de montantes indevidamente pagos.30 Euros/bovino, 9 Euros/ovino, max 3000 Euros/exploração.

Comparticipação Nacional: A subvenção não ultrapassou os 15 Meuros.

- ▶ Medida: Antecipação do pagamento e aumento da taxa de adiantamento do prémio por vaca em aleitamento (de 60% para 80%)

Descrição: Adiantamento de 80% de prémios ao sector animal (vacas aleitantes), tendo em vista a disponibilização de meios financeiros aos produtores, que lhe permitam fazer face a dificuldades de tesouraria resultantes das perdas resultantes dos acréscimos de encargos na alimentação animal em virtude da seca.

Beneficiários: Produtores que se candidataram à Ajuda às Vacas Aleitantes.

Ponto de situação: Aprovada Decisão para Portugal autorizando adiantamento 80% do prémio base; Aprovada Decisão para todos Estados Membros autorizando pagamento 100% prémio base e complementar a partir de 01/11; Reafirmada a necessidade de alteração de legislação nacional através do ofício nº36828, de 30/06, enviado pelo GPPAA. Período de retenção termina a 14 de Novembro.

Previsão de pagamento: 30 de Novembro.

Montante máximo envolvido: 88.5 MEuros.

Eventual alteração do Despacho Normativo 47/2004, relativo à Reserva Nacional.

- ▶ Medida: Antecipação do prémio aos ovinos e caprinos (50%)

Descrição: Adiantamento de 50% de prémios ao sector animal (ovinos, caprinos), tendo em vista a disponibilização de meios financeiros aos produtores, que lhe permitam fazer face a dificuldades de tesouraria resultantes das perdas resultantes dos acréscimos de encargos na alimentação animal em virtude da seca.

Beneficiários: Produtores que se candidataram à Ajuda aos Ovinos e Caprinos

Ponto de situação: Aprovada Decisão para Portugal autorizando adiantamento 50% a partir de 16/10; Aprovada Decisão para todos Estados Membros autorizando pagamento 100% a partir de 01/11; Previsão de pagamento: 3 de Novembro.

Montante máximo envolvido: 29 MEuros.

- ▶ Medida: Antecipação do pagamento das ajudas aos produtos lácteos (50%)

Descrição: Adiantamento de 50% de prémios ao sector animal (leite), tendo em vista a disponibilização de meios financeiros aos produtores, que lhe permitam fazer face a dificuldades de tesouraria resultantes das perdas resultantes dos acréscimos de encargos na alimentação animal em virtude da seca.

Beneficiários: Produtores que se candidataram à Ajuda ao Leite e Produtos Lácteos.

Ponto de situação: Aprovada Decisão para todos Estados Membros autorizando pagamento 100% do prémio e pagamento complementar a partir de 16/10; DN nº 36/2005, de 25/07. Previsão de pagamento: 20 de Outubro. Montante máximo envolvido: 45 MEuros

- ▶ Medida: Antecipação do pagamento do RPU (50%)

Descrição: Adiantamento de 50% do pagamento único às explorações, tendo em vista a disponibilização de meios financeiros aos produtores, que lhe permitam fazer face a dificuldades de tesouraria resultantes das perdas resultantes do mau ano agrícola em virtude da seca.

Beneficiários: Produtores que se candidataram ao Regime de Pagamento Único (RPU).

Ponto de situação: Aprovada Decisão para Portugal autorizando adiantamento 50% a partir de 16/10; Enviadas cartas ao GPPAA n° 33292, em 08/06/05, e n°36487, em 29/06/05, sobre a necessidade de clarificação no texto do Regulamento, no que respeita a valores provisórios de direitos e aplicação da modulação; Portaria n° 616/2005, de 27/07.

▶ Medida: Transferência de cereais de intervenção

Descrição: Transferência para Portugal de cereais de stocks de intervenção comunitários, provenientes da Hungria (de 60.000 toneladas a 200.000 toneladas) de modo a disponibilizá-los em condições vantajosas aos criadores de gado bovino, ovino e caprino, que se viram na impossibilidade de alimentar os efectivos com o recurso às pastagens e forragens, dadas as baixíssimas produtividades verificadas e consequência da seca. Os locais de destino dos cereais serão os silos de Lisboa (75% das quantidades) e Leixões (25% das quantidades). Após a colocação dos cereais nos silos, o INGA procede à sua revenda, conforme o procedimento habitual de vendas de intervenção.

Beneficiários: As vendas dos cereais de intervenção são dirigidas exclusivamente aos agrupamentos de criadores de gado bovino, ovino e caprino e industriais de rações com as quais aqueles estabeleçam contratos de fornecimento.

Ponto de situação: O escoamento dos cereais para o mercado nacional realizou-se em 25/07 uma reunião extraordinária da Comissão Consultiva Sectorial (Cereais), onde foi apresentado o texto do projecto de concurso permanente, tendo sido dado um prazo de oito dias às entidades representadas no sentido de apresentarem, por escrito, os seus comentários. Resolução do Conselho de Ministros n°122/2005, de 02/08. Despacho conjunto do MADRP e do MF n° 595-A/2005, de 17/08. Na sequência do despacho do Sr. MADRP e Ministro das Finanças de 14/9/05 que autorizou o ajuste directo, foram convidadas 7 empresas tendo 5 apresentado propostas.

A Comissão está neste momento reunida a preparar toda a documentação do processo administrativo, para envio ao CA, no sentido de ser decidido se a empresa que apresenta a proposta mais favorável deverá ser submetida à entidade competente para autorizar a despesa (Ministros das Finanças e da Agricultura). Relativamente à armazenagem, houve, também, apenas uma resposta ao convite formulado pelo IFADAP/INGA: a da SILOPOR. Quantidades: 80 mil toneladas de milho, 80 mil de trigo mole e 40 mil de cevada; Contribuição comunitária: 60€ / toneladas.

Armazenagem: aguarda-se a finalização do processo para aquisição de serviço de transportes para se proceder à conclusão (adjudicação e assinatura do contrato) desta componente.

▶ Medida: Alargamento do pastoreio do Set-aside ao resto do território

Descrição: Alargamento à totalidade do território continental da permissão de utilização para pastoreio ou corte para forragem das áreas relativas à retirada de terras. Disponibilização de alimentação forrageira para os produtores das regiões de TM, BL, e EDM.

Ponto de situação: Decisão 2005/496/CE, de 04/03. Impacto muito reduzido fora das regiões já contempladas.

- ▶ Medida: Possibilidade de ultrapassar o encabeçamento máximo de CN nas explorações ainda sujeitas a compromissos no âmbito da Reserva Específica

Descrição: Derrogação relativa a encabeçamento máximo dos compromissos assumidos no âmbito do Reg. (CE) n.º 1017/94 do Conselho (Reserva Específica).

Ponto de situação: Impacto reduzido. Importância associada às restrições às movimentações de animais.

- ▶ Medida: Não penalização por subutilização de direitos de ovinos e caprinos e de vacas aleitantes

Descrição: Garantir que eventuais diminuições temporárias de efectivos pecuários decorrentes da situação de seca não conduzam à perda de direitos aos prémios por vaca em aleitamento, por ovelha e por cabra, no ano de 2005, não reverterá para a reserva nacional, sem prejuízo de outras regras relativas a atribuições de direitos efectuadas a partir da reserva nacional ou da reserva específica.

Ponto de situação: Despacho n.º 13921/2005, de 23/06, do MADRP.

- ▶ Medida: VITIS – Medidas que atenuem as dificuldades de plantação dentro do prazo do programa

Descrição: Apoio à reconversão e reestruturação da Vinha, do Programa VITIS. Prorroga até 31 de Maio de 2006, o prazo final para conclusão dos projectos e possibilita o adiantamento dos pagamentos para os 30 projectos não concluídos até aquele prazo, em virtude das dificuldades originadas pelas condições extremas de seca.

- ▶ Medida: Dispensa temporária de pagamento de Segurança Social

Descrição: Iniciativa que tende a minimizar os encargos decorrentes do regime de segurança social, face à diminuição de rendimento devida às quebras de produção ou à necessidade de aquisição de meios de produção que permitam continuar em actividade.

Beneficiários: Haverá isenção social, por um período de seis meses, do pagamento de contribuições para a segurança social, os produtores agrícolas e respectivos cônjuges abrangidos pelo regime de trabalhadores independentes, que, cumulativamente, reúnam as seguintes condições: - serem detentores de explorações agrícolas de dimensão económica ≤ 12 UDE; - as explorações situarem-se nas áreas de influência das DRAS de TM, BI, RO, ALE e ALG, onde as perdas de rendimento, em virtude da grave situação de seca, mais se têm feito sentir; - terem sofrido quebras de produção $\geq 20\%$ nas regiões desfavorecidas ou 30% nas restantes regiões, relativamente à produção média dos últimos 3 anos; - não auferirem de quaisquer outros rendimentos de trabalho ou pensões, para além dos que resultem da sua actividade agrícola; terem como base de incidência contributiva, cujo montante é não superior a duas vezes a remuneração mínima mensal garantida à generalidade dos trabalhadores.

- ▶ Medida: Linha de Crédito para Apoio a Obras de Hidráulica Agrícola

Descrição/objectivo: Disponibilizar os meios financeiros necessários aos investimentos destinados a aberturas de furos, poços ou captações similares, com a montagem do respectivo equipamento de bombagem, bem como a aquisição de bebedouros e cisternas, quando comprovadamente necessários ao abeberamento

dos animais. Com vista a garantir ou melhorar as condições de abeberamento dos efectivos pecuários nas regiões mais afectadas pela quase ausência de chuva nos últimos meses.

Beneficiários: Pessoas singulares ou colectivas cujas explorações agrícolas do sector pecuário extensivo que se dediquem às actividades de bovinicultura, ovinicultura, caprinicultura e que estejam localizadas nas áreas de influência das DRA's TM, BI, RO, ALE e ALG e que comprovem ter efectuado investimentos (aberturas de furos, poços e captações similares, com a montagem do respectivo equipamento de bombagem, aquisição de bebedouros e cisternas) entre Novembro de 2004 e Dezembro de 2005.

Características do Crédito concedido: Empréstimo reembolsável, pelas instituições de crédito que celebrem protocolo com o IFADAP, na qual é estabelecida uma taxa de juro nominal máxima.

O prazo máximo é de 3 anos a contar da data da última utilização do crédito; a amortização é anual; a amortização do capital é efectuada até um máximo de 3 prestações de igual montante, ocorrendo a 1ª amortização 1 ano após a data da última utilização do crédito. O empréstimo tem que ser utilizado no prazo máximo. de 8 meses após a data de contrato, podendo efectuar-se até 4 utilizações por operação; os juros são postecipados e pagos na data de vencimento das amortizações.

O incumprimento das obrigações determina o vencimento automático de toda a dívida, o não pagamento das bonificações e a recuperação das que tiverem sido indevidamente processadas.

O montante global de crédito não pode exceder os 45 milhões de euros

As bonificações são de: 80, 60 e 40%.

Se o montante global de crédito ultrapassar os 45 milhões de €, os montantes a título individual serão reduzidos na proporção da % do montante ultrapassado.

Ponto de situação: Início da candidatura: 17/06/05; Data limite Celebração do Contrato: 19/08/05 (Carta Circular 7/2005).

Montante Crédito solicitado: 4.5 milhões de euros, correspondente a 297 Candidaturas. Crédito Contratado: 1.98 milhões de euros correspondentes a 146 contratos.

► Medida: Linha de Crédito para Alimentação Animal

Descrição/objectivo: Compensar os custos acrescidos resultantes da escassez de pastagens e forragens, em virtude das condições climatéricas adversas verificadas desde Novembro de 2004.

Beneficiários: Pessoas singulares ou colectivas cujas explorações agrícolas do sector pecuário que se dediquem às actividades de bovinicultura, ovinicultura, caprinicultura e apicultura.

Características do Crédito concedido: Empréstimo reembolsável, pelas instituições de crédito que celebrem protocolo com o IFADAP, no qual é estabelecida 1 taxa de juro nominal máxima. Os empréstimos que beneficiem de uma bonificação de juros a 100%, são concedidos pelo prazo máximo de 1 ano, a contar da 1ª utilização do crédito.

O prazo máximo é de 1 ano a contar da data da 1ª utilização do crédito empréstimo tem que ser realizado no prazo máximo. de 4 meses após a data do

contrato, podendo efectuar-se até 4 utilizações por operação; os juros são postecipados e pagos de uma só vez na data do reembolso.

O incumprimento das obrigações determina o vencimento automático de toda a dívida, o não pagamento das bonificações e a recuperação das que tiverem sido indevidamente processadas.

O montante global de crédito não pode exceder os 50 milhões de euros.

A bonificação é de 100%.

Se o montante global de crédito ultrapassar os 50 milhões de €, os montantes a título individual serão reduzidos na proporção da % do montante ultrapassado.

Ponto de situação: Início da candidatura: 27/06/05; Data limite Celebração do Contrato: 19/08/05 (Carta Circular 6/2005).

Valor unitário: 180 € fêmea espécie bovina com idade superior a 24 meses; 40€ fêmea espécie ovina e caprina com idade superior a 12 meses ou que já tenha parido; 5 € colmeia registada.

Montante Crédito solicitado: 56 milhões de euros, correspondente a 2937 Candidaturas. Crédito Contratado: 46.8milhões de euros correspondentes a 2260 contratos.

▶ Medida: Linha de Crédito para Apoio ao Sector Horto-frutícola

Descrição/objectivo: Compensar as perdas resultantes das condições climatéricas adversas verificadas desde Novembro de 2004.

Beneficiários: Pessoas singulares ou colectivas do sector Horto-frutícola que, em consequência da seca, tenham sofrido uma quebra de produção, relativamente à produção normal, igual ou superior a 20% nas regiões desfavorecidas e 30% nas restantes regiões.

Características do Crédito concedido: Empréstimo reembolsável, pelas instituições de crédito que celebrem protocolo com o IFADAP, na qual é estabelecida uma taxa de juro nominal máxima.

O prazo máximo é de 1 ano a contar da data da 1ª utilização do crédito; o empréstimo tem que ser realizado no prazo máximo de 4 meses após a data do contrato, podendo efectuar-se até 4 utilizações por operação; os juros são postecipados e pagos de uma só vez na data do reembolso.

O incumprimento das obrigações determina o vencimento automático de toda a dívida, o não pagamento das bonificações e a recuperação das que tiverem sido indevidamente processadas.

O montante global de crédito a conceder não pode exceder os 30 milhões de euros.

A bonificação é de 100%.

Se o montante global de crédito ultrapassar os 30 milhões de €, os montantes a conceder a título individual serão reduzidos na proporção da % do montante ultrapassado.

Ponto de situação: Início da candidatura: 11/07/05; Data limite Celebração do Contrato: 19/08/05 (Carta Circular 5/2005).

Montante Crédito solicitado: 17.6 milhares de euros, correspondentes a 2 Candidaturas da cultura da Batata. Crédito contratado: 17,6 milhares de euros, correspondentes a 2 candidaturas.

Actividades empresariais

As fábricas de celulose e papel localizadas na Região Centro (a sul da Figueira da Foz) procederam à redução dos consumos de água do canal, recorrendo à bombagem directamente do leito central do rio na estação de St.º Varão, suportando os custos adicionais correspondentes. A SOPORCEL, inteiramente dependente da água do Mondego, procurou reduzir os consumos de água não essenciais, e a CELBI ponderou a utilização alternativa de água de poços.

Neste contexto, as empresas deste sector continuam a adoptar programas de contenção de consumos de água, dando satisfação ao compromisso oportunamente assumido, dada a permanência da situação de seca, tendo todas as fábricas do sector da pasta e papel lançado campanhas internas adicionais para otimizar a utilização da água, sensibilizando para a necessidade de evitar quaisquer desperdícios.

O aumento da salinidade da água dos rios Lima e Vouga, com incidências na qualidade de água de abastecimento, tendo as empresas tomado medidas para minimizar este impacto negativo, designadamente:

- a) Em termos da intrusão salina no rio Lima, a minimização dos impactos negativos vem sendo efectuada sincronizando turbinagens de água doce a partir da barragem de Touvedo, de acordo com a hora e altura das marés, de modo a contrariar a subida da maré e consequente progressão da cunha salina.
- b) Em relação ao rio Vouga, houve a necessidade de fazer um açude de areia para minimizar o problema da salinidade.

Mortalidade piscícola em albufeiras

A DGRF elaborou um documento intitulado “Proposta de medidas de actuação da Direcção-Geral dos Recursos Florestais no âmbito do programa de acompanhamento e de mitigação dos efeitos da seca”. Entre as medidas conducentes à eliminação das práticas que eventualmente promovam a degradação da qualidade da água das albufeiras constavam:

- a interdição da utilização de engodos em algumas albufeiras.
- a não devolução à água de algumas das espécies capturadas durante as provas de pesca desportiva e
- a abolição do período de defeso de algumas espécies piscícolas nas albufeiras.

Relativamente à avaliação da biomassa piscícola, propôs-se a implementação de uma metodologia indirecta para a estimativa da biomassa piscícola presente nas albufeiras.

A metodologia adoptada implicava a estimativa da biomassa piscícola com base no nível trófico e área produtiva das albufeiras, sendo necessária a obtenção das áreas inundadas nas albufeiras em função do volume armazenado, assim como uma previsão da evolução da redução da área inundada até ao fim da época hidrológica de 2004/2005.

Tabela 9 – Distribuição das albufeiras pelos níveis de probabilidade de intervenção em Junho

INTERVENÇÃO	ALBUFEIRAS
MUITO PROVÁVEL	Roxo*, Funcho e Vale do Gaio
PROVÁVEL	Lucefecit
POUCO PROVÁVEL	Caia, Campilhas, Divor, Fonte Serne, Magos, Maranhão, Monte Novo e Vigia

* Albufeira já intervencionada

A verificar-se a evolução dos volumes armazenados apresentada pelo Instituto da Água, era provável que até ao fim do presente ano hidrológico a situação das albufeiras relativamente à necessidade de intervenção fosse a que se apresenta na Tabela 10.

Como medida preventiva, foram colocadas sob vigilância do Corpo Nacional da Guarda Florestal as cinco albufeiras cuja situação se afigurava como mais gravosa em termos de risco de ocorrência de mortalidade piscícola. Estas considerações, tal como já foi referido, foram debatidas no SCS e na CS, e constam do relatório do SCS de 31 de Maio de 2005.

Tabela 10 – Distribuição das albufeiras pelos níveis de probabilidade de intervenção até ao fim de Setembro

INTERVENÇÃO	ALBUFEIRAS
MUITO PROVÁVEL	Roxo*, Funcho**, Vale do Gaio**, Vigia**, Campilhas** e Lucefecit**
PROVÁVEL	Divor, Magos, Maranhão, Monte Novo
POUCO PROVÁVEL	Caia e Fonte Serne

* Albufeira já intervencionada

** Albufeiras sob vigilância

Ciente da necessidade de intervir na albufeira do Enxoé, a Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva referiu a sua intenção de operacionalizar a operação de extracção de biomassa piscícola nesta albufeira, tendo a DGRF passado as respectivas credenciais aos pescadores profissionais envolvidos.

Por iniciativa própria a EDIA fez a intervenção para extracção da biomassa piscícola na Albufeira do Enxoé. Após esta intervenção, a EDIA foi abordada relativamente à possibilidade de assegurar a intervenção nas restantes albufeiras, previamente seleccionadas pela DGRF como mais necessitadas em relação a extracção de biomassa piscícola.

A EDIA assumiu essa tarefa, tendo sido fornecidos pela DGRF os níveis de prioridade na intervenção e valores indicativos da biomassa piscícola a retirar (Tabela 11).

Tabela 11 – Nível de prioridade na intervenção e biomassa a retirar nas 6 albufeiras seleccionadas para intervenção.

Albufeira	Nível de prioridade na intervenção	Biomassa a retirar (toneladas)
Vale do Gaio	I	30
Funcho	I	20
Campilhas	II	20
Lucefecit	II	10
Roxo	II*	80
Vigia	II	20

* Albufeira intervencionada durante o mês de Maio mas que ainda apresenta biomassa excessiva

Na Tabela 12 apresentado um resumo das operações de extracção de biomassa piscícola efectuadas pela EDIA, com as estimativas de biomassa a extrair, quantidades de biomassa piscícola extraídas, número de dias da intervenção e custo da intervenção.

Como nota há que referir que foi sugerido pela DGRF que as estimativas de biomassa a retirar fossem complementadas com a evolução das taxas de captura por esforço de pesca na decisão sobre a finalização das operações. Por esta razão as capturas em Vale do Gaio excedem a quantidade estimada inicialmente e, inversamente, nas albufeiras de Campilhas e do Funcho as operações de capturas foram terminadas antes de se atingir a biomassa sugerida inicialmente. A explicação deste critério para a condução das operações é explorada no ponto 3.4 deste relatório.

Tabela 12 – Resumo das operações de extracção de biomassa piscícola.

Albufeira	Estimativa da biomassa a retirar DGRF (kg)	Biomassa retirada (kg)	Nº dias da intervenção	Custo da intervenção (€)
Enxoé	-----	34 000	25	40 650
Vale do Gaio	30 000	60 000	21	54 400
Roxo	80 000	42 000*	27	67 300
Funcho	20 000	800	4	3 600
Vigia	20 000	20 000	19	24 000
Lucefecit	10 000	11 000	12	14 400
Campilhas	20 000	200	1	200
Total	180 000	168 000	109	204 550

* Única albufeira em que a operação de extracção de peixe não estava concluída.

Em relação à vigilância das albufeiras, os três fenómenos de mortalidade ocorridos em albufeiras em que a probabilidade de ocorrência era considerada baixa levou a uma ampliação do conjunto de albufeiras sob vigilância. O conjunto de albufeiras sob vigilância passou para 32 durante o mês de Agosto.

Autoridade de Saúde

No âmbito dos Programas de Vigilância Sanitária da responsabilidade das Autoridades de Saúde verificou-se que, na generalidade, estes foram adaptados à problemática da seca, nas suas múltiplas vertentes, dando especial atenção às fontes alternativas de abastecimento, tais como, fontanários, poços e na reactivação e abertura de novos furos.

Do ponto de vista da qualidade da água para consumo humano, os parâmetros com maior número de incumprimentos reportados pelas Autoridades de Saúde foram os parâmetros indicadores. Salienta-se essencialmente a problemática dos cloretos na Região do Algarve e na Sub-região de Beja que excederam os valores paramétricos, tendo autoridade de Saúde Concelhia imposto um valor guia de 350 mg/l.

Observaram-se ainda, incumprimentos aos valores paramétricos nos casos do Ferro e Manganês na Região do Alentejo, nomeadamente no distrito de Beja (Concelhos de Almodôvar, Odemira, Ourique e Castro Verde), sem que, estivessem em causa riscos para saúde pública, comunicando nestes casos às entidades gestoras a necessidade de adoptar no tratamento da água as tecnologias adequadas às situações em causa.

Na Sub-região de Portalegre detectou-se a presença de Alumínio em excesso, essencialmente associado ao inadequado sistema de controlo operacional da ETA, tendo contudo, a Autoridade de Saúde local e a entidade gestora resolvido o problema em conjunto.

Do ponto de vista bacteriológico, verificou-se também nalgumas zonas de abastecimento de algumas das regiões do país um aumento de incumprimentos, desta índole, associados, essencialmente, a uma deficiente desinfeção da água, traduzida na ausência de cloro residual. Tal facto motivou, na maioria das vezes, acções conjuntas entre as entidades gestoras e as Autoridades de Saúde para resolução destes problemas.

Relativamente às origens de água houve uma monitorização mais rigorosa no que diz respeito à pesquisa de cianobactérias, cuja proliferação se encontra associada à progressiva eutrofização das albufeiras, verificando-se que a Região do Alentejo era a que apresentava globalmente maiores problemas devido à diminuição dos caudais e conseqüentemente à escassez de água, nomeadamente na albufeiras de Enxóe, Roxo, Divor e Vigia.

Refere-se ainda, que nem sempre as entidades gestoras enviam atempadamente às Autoridades de saúde os dados do controlo de qualidade da água para consumo

humano, pelo que será necessário melhorar os circuitos de informação entre as entidades responsáveis pela monitorização da qualidade da água e as Autoridades de Saúde, de modo a estas poderem actuar de uma forma célere sempre que haja lugar a incumprimentos dos valores paramétricos que possam pôr em risco a saúde pública.

Relatório quinzenal (15 de Outubro) - Conclusões

Em 15 de Outubro de 2005, segundo o índice meteorológico de seca PDSI, verifica-se um desagravamento da intensidade de seca em quase todo o território, nomeadamente na diminuição da área em seca extrema (21%) com o consequente aumento nas classes de seca severa (57%) e moderada (21%).

Os valores em percentagem de água no solo em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas, que, em 15 de Outubro de 2005, apresentam um aumento em algumas regiões do Norte e Centro, mas ainda se mantêm valores inferiores a 20% em algumas regiões do Centro e Sul. Verifica-se uma ligeira aproximação aos valores médios para esta época do ano.

Em relação à quinzena anterior, o escoamento superficial não sofreu alterações em 11 estações, que correspondem a estações com escoamento nulo, existindo 10 estações hidrométricas monitorizadas que registaram variação positiva e 11 variação negativa. Os volumes armazenados nas principais albufeiras do País continuaram a sofrer um agravamento em relação à quinzena anterior.

Quanto às disponibilidades nos aquíferos, verifica-se na generalidade, no início do novo ano hidrológico, que os níveis piezométricos permanecem significativamente inferiores à média mensal dos anos anteriores, à excepção nos sistemas aquíferos do Sotavento Algarvio, em que os valores observados são, na sua generalidade, superiores à média mensal dos anos anteriores.

Quanto à componente qualidade da água, para as regiões Norte, Alentejo e Algarve, não foram detectadas alterações significativas na qualidade da água relativamente à situação anterior. Na região Centro, pela análise dos resultados obtidos verifica-se que Pedra da Sé-Tábua e Santa Comba Dão continuam a apresentar valores elevados de pH, e que os pontos de amostragem de Santa Comba Dão e da Barragem de Fagilde (de 20 Setembro) apresentam os sólidos elevados, como consequência da forte eutrofização. Quanto à Região de Lisboa e Vale do Tejo, verificou-se uma melhoria na qualidade da água da Albufeira de S. Domingos, apesar de ainda terem sido detectadas cianobactérias, estas foram em quantidades muito inferiores às registadas para o mês de Julho.

No abastecimento urbano, a generalidade das entidades responsáveis pelo abastecimento público urbano com problemas nas origens de água mantêm medidas de contenção de consumos, designadamente campanhas de sensibilização, redução de pressão nas redes, cortes esporádicos de fornecimento, etc., apesar dos abastecimentos a partir de albufeiras com utilizações múltiplas terem sido salvaguardados os volumes de água necessários para garantir o abastecimento

urbano até final de 2006 através de medidas aprovadas em sede das Subcomissões de Gestão de Albufeiras envolvendo cerca de 110 concelhos, 71 albufeiras e as entidades responsáveis pela sua gestão e os utilizadores.

Nesta quinzena, 41 Municípios estão a recorrer, em algumas das suas localidades, ao abastecimento de reservatórios de sistemas de abastecimento de água partir de autotanques, abrangendo uma população de 61 653 habitantes.

A qualidade da água para consumo humano continua a ser garantida, referindo 18 Municípios num universo de 72 538 pessoas haver alguma diminuição da qualidade mas a situação está a ser acompanhada pelas entidades gestoras, designadamente através do reforço do sistema de análises e tratamento da qualidade água para consumo humano.

São sujeitos a reduções nos períodos de abastecimento cerca de 84 726 pessoas em 25 Municípios e a necessidade de apoio técnico para captação de águas subterrâneas é referida por 15 Municípios.

As operações de abastecimento de água realizadas pelos corpos de bombeiros apresentaram, ao longo da quinzena, uma ligeira tendência de descida. Ao todo, entre 1 de Janeiro e 10 de Outubro de 2005, os meios dos corpos de bombeiros foram mobilizados para um total de 19.786 operações de abastecimento de água. A vigilância sanitária da água para consumo humano assegurada pelas Autoridades de Saúde continua, vigiando atentamente a qualidade sanitária da água e não se registando alterações significativas face ao relatório da quinzena anterior.

Por seu lado a autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano (IRAR), procede ao acompanhamento das medidas de excepção adoptadas pelas entidades gestoras (EG) no que se refere ao recurso a novas origens ou origens de reserva e ao transporte de água, por forma a garantir que a qualidade da água distribuída se mantém adequada ao consumo humano. Comparativamente à informação da quinzena anterior, oito entidades gestoras tiveram que expandir o recurso a medidas extraordinárias a mais localidades dos seus concelhos. São os casos de Sertã, Celorico da Beira, Guarda, Tabuaço, Vila Real (abastecimento por autotanque), Moura (abastecimento por autotanque e reactivação de furos), Montemor-o-Novo (abastecimento por autotanque e abertura de furos) e Serpa (abertura de furos).

Relativamente aos trabalhos da Subcomissão de Seca específica para o Algarve, realizou-se no dia 13 de Outubro, a 2.^a reunião onde foi feito o ponto de situação dos trabalhos em curso sobre disponibilidades e necessidades de água no Algarve e dos estudos relativos à avaliação de possíveis origens de água complementares às actualmente existentes, com vista a garantir a médio e longo prazo um sistema de abastecimento fiável. Foi ainda feita uma apresentação, pelos hidrogeólogos, da avaliação da situação do aquífero Querença-Silves. As Águas de Portugal e Águas do Algarve fizeram igualmente o ponto de situação dos projectos desenvolvidos. Da reunião, concluiu-se que o aquífero Querença-Silves não apresenta indícios do avanço da interface nem se encontra em sobreexploração, tendo, no entanto, que

ser equacionadas medidas que evitem a intrusão salina. Do lado do Sotavento continuam a registar-se reduções significativas nos volumes de água fornecidas pelas albufeiras de Odeleite e Beliche em resultado das acções empreendidas pela Associação de Regantes, pelas Águas do Algarve e pelos Municípios, sendo o esforço compensado globalmente com um volume útil nas albufeiras superior ao previsto, tendo em conta os consumos antes das restrições impostas.

Relativamente ao apoio financeiro para as situações relativas ao abastecimento urbano continua a aguardar-se a disponibilização do reforço de verbas para prosseguir com os processos em instrução no Secretariado para a Seca que ainda não foram atendidos. Surgiram, entretanto, novos pedidos que ainda não foram analisados, por parte de 10 Municípios: Tarouca, Penedono, Sever do Vouga, Penalva do Castelo, Celorico da Beira, Caldas da Rainha, Porto de Mós, Montemor-o-Novo, Estremoz e Monchique. Estes novos pedidos atingem um montante global de 2,4 milhões de euros.

Quanto ao sector agrícola, as Direcções Regionais de Agricultura, em articulação com o Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, têm levado a efeito uma avaliação quinzenal da evolução das actividades agro-pecuárias, sendo a informação apresentada neste relatório referente a 30 de Setembro, cujo desfase face a outros sectores nele contemplados, se deve à necessidade de, após a sua recolha, proceder ao respectivo tratamento e análise. As condições de abeberamento dos animais continuam a ser consideradas graves. A precipitação ocorrida na região Norte e Beiras foi pouco significativa para induzir um estado de melhoria das culturas, relativamente ao estado de seca que se tem vindo a verificar. Constitui excepção a região Entre Douro e Minho, particularmente na vinha, onde a precipitação beneficiou a uva, que se encontrava desidratada. A precipitação ocorrida nesta quinzena, embora benéfica, não alterou de forma significativa o estado vegetativo dos prados e pastagens. A alimentação do gado, assegurada, devido à falta de pastagens, pelo consumo de palha e concentrados, poderá condicionar o ciclo reprodutivo dos pequenos ruminantes, cuja época de parição decorre normalmente entre Setembro/Outubro. Os stocks de feno são reduzidos, agravando-se cada vez mais a alimentação dos animais. Os custos com operações de rega estão a ser agravados com a distância aos pontos de abastecimento. São necessários motores mais potentes (maior consumo de combustível) e mais metros de tubagem e um aumento do número de horas de bombagem devido às reduções verificadas nos caudais. A nível do continente, o feijão e o grão-de-bico registam quebras de produtividade de 21% e 14%, respectivamente. No olival o baixo teor de humidade no solo, continua a provocar a queda prematura da azeitona, acentuando-se a previsão de quebra de produção. Relativamente à uva para vinho estima-se uma diminuição generalizada da produção global colhida relativamente à campanha anterior. As vindimas decorrem com normalidade e prevê-se um ano com vinho de boa qualidade.

Nos regadios dos perímetros hidroagrícolas do Estado, devido a grande parte das culturas de Primavera/Verão efectuadas nestes regadios terem já terminado o seu ciclo cultural, continua a registar-se uma inversão na tendência dos consumos de água para rega, embora devido às actuais condições meteorológicas verificadas

nesta última quinzena tenha sido necessário satisfazer as necessidades hídricas das culturas permanentes e das hortícolas.

Nesta data, em alguns aproveitamentos hidroagrícolas as campanhas de rega já estão concluídas, nomeadamente na Cova da Beira, Divor, Lucefecit, Vale do Sado e Vigia.

A Associação de Beneficiários do Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão, devido à precipitação ocorrida nos últimos dias, a programação de rega prevista no final de Setembro para o mês de Outubro foi suspensa, considerando-se, nesta data, terminada.

Actualmente o volume útil na albufeira do Arade é aproximadamente de 0,66 hm³. Como complemento das reservas hídricas disponíveis para a rega em 2005 foram captados 1,064 hm³, através de furos instalados no bloco de Lagoa. No Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio, o fornecimento de água neste aproveitamento hidroagrícola é contínuo durante todo o ano, dado que predominam na área regada as culturas permanentes. Nesta quinzena, devido às condições meteorológicas, nomeadamente às temperaturas elevadas ocorridas nas três últimas semanas, não se verificou nestas semanas, um decréscimo significativo nos consumos de água para rega, pelo que o volume acumulado de poupança diminuiu relativamente ao valor anteriormente atingido de 33%. Assim, a Associação de Beneficiários deu início a 10 de Outubro, a interrupções no fornecimento de água para a rega de três dias, com o objectivo de *caso as condições climáticas não permitam a reposição da água nas barragens até ao final do ano, conseguir prolongar o fornecimento ainda que com interrupções até 31 de Dezembro*. Os períodos das interrupções a efectuar foram divulgados pela associação, através de comunicado aos seus beneficiários.

Relativamente ao Sistema Electroprodutor Nacional, é de referir que, dando seguimento a um pedido da REFER, para reparação de um pilar da ponte do Tâmega, a exploração da albufeira do Torrão encontra-se condicionada a uma cota aproximada da (56,5) e que, embora as chuvas dos últimos dias não tenham modificado o armazenamento existente, inverteram a tendência de descida ligeira que se processou neste período na generalidade das albufeiras. Prosseguiu-se a estratégia de contenção definida para a utilização da água armazenada.

Na vertente da prevenção e combate aos incêndios florestais, em termos globais, o risco meteorológico de incêndio florestal (que traduz o efeito conjunto da precipitação, temperatura, humidade do ar e intensidade do vento) tem apresentado em 2005, no período compreendido entre 15 de Maio e 11 de Outubro, valores globalmente superiores aos registados nos últimos 5 anos. Por comparação com igual período de 2004, regista-se que o nível de risco tem sido superior em todos os distritos, excepto em Beja e Évora. Neste contexto, e como medida de resposta face à situação excepcional do presente ano, o funcionamento do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais foi prolongado até 15 de Outubro.

Relativamente aos impactes da seca na biomassa das albufeiras, entre as medidas em curso para uma melhor compreensão futura das causas envolvidas nestes fenómenos, e tal como já referido no último relatório, está a celebração de um protocolo de colaboração entre a DGRF, CCDRs e o LNIV, para a optimização do processo de amostragem, análise e partilha de informação relacionada com os eventos de mortalidade piscícola.

Quanto ao Relatório de Balanço da Seca, está a ser elaborado tendo em vista os vários contributos das diferentes entidades representadas na Comissão para a Seca 2005. O documento será apresentado no final do mês de Outubro de 2005 e terá como objectivo identificar os problemas decorrentes da seca, as medidas tomadas para a sua resolução e os custos associados.

MEDIDAS A SER EQUACIONADAS PARA MINIMIZAR FUTURAMENTE OS EFEITOS DE UMA SECA

Nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 83/2005 de 31 de Março, considera-se que a longo prazo assumem particular relevância as medidas estruturais tais como:

- ▶ Criação de armazenamentos de água de modo a amenizar as variações sazonais e anuais dos recursos hídricos;
- ▶ Execução de sistemas de tratamento de efluentes plenamente eficazes;
- ▶ Realização de uma gestão integrada das águas de superfície e subterrâneas;
- ▶ Execução de sistemas de transferência de água interbacias hidrográficas;

Nestes termos, o Governo:

- ▶ Irá apresentar o novo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Águas Residuais;
- ▶ Aprovou a implementação de novos empreendimentos, nomeadamente o reinício da barragem de Odelouca;
- ▶ Aprovou um Regime Económico-financeiro consubstanciando o princípio do utilizador-pagador;

A mesma Resolução de Conselho de Ministros considera que a eficácia das medidas estruturais é fortemente influenciada pela realização de medidas complementares, nomeadamente:

- ▶ Criação de um Programa Nacional de Gestão de Seca;
- ▶ Execução de sistemas de previsão e coordenação de situações de seca;
- ▶ Realização de campanhas de sensibilização;
- ▶ Introdução destes conceitos no Sistema Nacional de Ensino;
- ▶ Implementação de acções para o uso eficiente da água.

Nestes termos, o Governo:

- ▶ Aprovou a nova Lei da Água e o novo sistema de planeamento e gestão de recursos hídricos;
- ▶ Elaborou campanha nacional de sensibilização;
- ▶ Aprovou o Programa do Uso Eficiente da Água.

Até ao final de Dezembro de 2005, a Comissão da Seca apresentará as medidas que tem vindo já a trabalhar tendo em vista a criação e implementação de um sistema de gestão da seca.